ORDEM DOS CONTABILISTAS E AUDITORES DE MOÇAMBIQUE

- ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO
- PARTILHA DE RESPONSABILIDADE
- RELATÓRIO FINAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2014

1º CONGRESSO

ORDEM DOS CONTABILISTAS E AUDITORES DE MOÇAMBIQUE

OCAM

INOVAÇÃO
TRANSPARÊNCIA
RESPONSABILIDADE

INDÍCE

RELATÓRIO

4 ENQUADRAMENTO

- Mensagem do Bastonário

8 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

11 NÍVEL DE COOPERAÇÃO

13 PARTILHA DE RESPONSAILIDADES

16 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CONTIMUA

-Estratégia de Formação

Formação 2014

23 RELATÓRIO FINANCEIRO

25 DESPESAS

-Relatório do auditor independente

30 BALANÇO FINAL

-Conclusão

45 ANEXOS

» p.19

» p.4

"A OCAM é uma pessoa colectiva de Direito Público, criado através da Lei Nº 08/2012 de 8 de Fevereiro, com o mandato estatutário de definir regras de acesso e exercício das profissões de Contabilista e de Auditor de modo a garantir a sua independência técnica e funcional, a defesa da dignidade e prestigio dos seus membros, jurisdição disciplinar, promoção dos mais elevados padrões técnicos e níveis de desempenho e a afirmação social da profissão.

A Contabilidade é a ciência por excelência que ajuda na explicação da sucessão de factos patrimoniais que consubstanciam informação relevante para avaliar o passado, o presente e planificar ou programar o futuro com segurança. Desta ciência, servem-se o Estado, os Administradores/gestores, os economistas, estatísticistas, a contabilidade nacional, financiadores e a própria sociedade que usa a informação contabilística para a tomada de decisão. Para a prossecução deste objectivo de interesse público, os profissionais de contabilidade e auditoria devem ser dotados de competências para elaborar e analisar Demonstrações Financeiras, afim de promover clareza, justiça, transparência e confiança do mercado através da provisão de informação de gestão objectivos para o processo de tomada de decisão.v

MISSÃO

Promover solidariamente uma classe profissional consciente das suas obrigações e direitos, através de rigorosa definição de normas e padrões técnicos, éticos, e deontológicos, dotando os seus membros de competências necessárias, capacitando-os e preparando-lhes para um nível profissional adequado para acreditação e reconhecimento no plano nacional e internacional com independência e rigor requerido

VISÃO

Construir uma instituição relevante no provimento de informações de elevada credibilidade e, padrões internacionalmente reconhecidos, através de promoção e incentivo dos membros à programas de formação e controlo de qualidade permanentes, para proporcionar à sociedade princípios de gestão éticos e transparentes, que propiciem a promoção efectiva e consolidação de um ambiente de negócios ideal no país contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e informada

OBJECTIVO GERAL

Reforçar a capacidade de intervenção na regulamentação e controlo do exercício da profissão de Contabilista e de Auditor, com vista à sua melhor capacitação e preparação para acreditação no plano nacional e internacional.

Prof.Doutor. Mário Sitoe

"O notável e acentuado desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação com impacto significativo na economia da era da globalização e integração dos mercados com reflexo consequente na internacionalização e/ou convergência das Normas Internacionais de Relato Financeiro, mudaram o status e o modus operandi da contabilidade desde o último terço do século XX. Trata-se de uma mudança da perspectiva mecanicista e operacional da contabilidade para uma visão estratégica do objectivo da Contabilidade, como

conseguinte base para a tomada de decisão. Com efeito, é inevitável o desafio da modernização dos procedimentos e necessidade permanente da actualização dos profissionais de Contabilidade e da Auditoria, para o entendimento, cada vez mais, das complexas operações de mercado da era da globalização dos mercados.

Por outro lado, a Auditoria como um serviço visando expressar uma opinião objectiva e independente sobre as demonstrações financeiras, faz referência a um conjunto de normas para certificação e credibilização da informação de interesse público e contribui de modo decisivo para a transparência da informação financeira, não pode deixar de acompanhar o avanço da contabilidade e desenvolvimento das normas internacionais da profissão em constante mutação pelo que a necessidade de formação contínua e permanente reveste-se de capital importância.
Com o apoio do Governo de Moçambique e dos parceiros de Cooperação, nomeadamente Governo da Irlanda e o Banco Mundial, dando continuidade ao apoio técnico proporcionado pela CPAI/KOSI, a OCAM concretizou um programa de formação de formadores e paralelamente uma formação abrangente incluindo membros da OCAM, colaboradores da Autoridade Tributária, gestores financeiros, estudantes e outros interessados, com o objectivo de atualização em matéria das normas de relato financeiro, fiscalidade e ética da profissão.

Com o apoio dos parceiros contratamos formadores de nível internacional que treinaram formadores locais com base em metodologias e matérias recomendadas pela IFAC, o que permitiu que todos os formandos tivessem acesso gratuitamente. A caminho da certificação, queremos assegurar que não haja excluídos do processo de formação por falta de meios financeiros e por isso quando o processo de controlo de qualidade for operacionalizado, todos terão tido oportunidades iguais e mobilização de competências para uma prestação de qualidade.

Este modelo visa preparar profissionais de contabilidade competentes, conhecedores das normas, técnicas, legislação fiscal e prerrogativas éticas que regem o exercício da profissão, assim como contribuir para formação dos colaboradores da Autoridade Tributária de Moçambique, para munir-lhes de adequado domínio da legislação fiscal e de leitura das demonstrações financeiras.

Queremos avançar para uma colaboração frutuoso com a Autoridade Tributária em benefício de uma melhor informação, livre de distorções matérias que propiciem confiança para o Estado e para o empresário através de publicações de boletins informativos periódicos sobre as obrigações fiscais e interpretação da própria legislação, com

impacto directo na melhoria da receita para as finanças públicas e para o processo de tomada de decisões dos investidores.

Quebrar barreiras supervenientes de um passado hostil em que as relações entre os agentes fiscais, agentes económicos e contabilistas revestiam-se de certa conflitualidade, não se enquadrando nos pressupostos de cooperação em prol da justiça tributária e prosperidade da sociedade Moçambique, através de uma correcta liquidação e pagamento de obrigações fiscais, como acto de consciência e de cidadania. Desenvolver um novo paradigma fundado nas relações de confiança de todos os envolvidos com a compreensão necessária do papel de cada um. Para isso, o domínio da legislação económica e fiscal bem como a preparação das demonstrações financeiras de modo a suportarem a tomada de decisão no campo empresarial e na gestão da coisa pública são desafios que vamos perseguir com muita determinação.

Em virtude de os membros da OCAM apresentarem formação académica desnivelada, por razões históricas do país, resultando em larga disparidade de competências, não se conciliando com um dos objectivos mais destacados da OCAM, que é filiação à IFAC, delineamos para o pilar de formação do plano estratégico, desenvolver uma estratégia de formação profissionalizante cujo objectivo é a elevação do nível de formação e de escolaridade dos contabilistas, donde embora alguns estejam dotados de competências técnicas apuradas devem também beneficiar da elevação do seu grau académico.

A OCAM pretende trabalhar com as universidades e potenciar apoios de parceiros para a materialização deste desiderato, dando assim oportunidade a todos os seus membros independentemente da sua situação financeira. Ajudar os membros a melhorar a sua performance constitui não apenas uma contribuição da OCAM mas, uma obrigação estatutária no campo da elevação do nível de desempenho dos membros e da solidariedade institucional.

As estatísticas do país mostram crescimento do PIB, controlo da inflação a um dígito e por consequência, um ambiente de negócio favorável ao incremento do investimento estrangeiro, essencial para o desenvolvimento de Moçambique rumo à prosperidade. Queremos desenvolver acções estratégicas imediatas que mostrem o compromisso e contribuição para o desenvolvimento harmonioso do país assente na justiça tributária.

Perspetivamos para o ano de 2015 a concretização da Estratégia de Formação 2014-2020, influenciar processos para uma gradual intervenção da OCAM para a implementação das IPSAS no país, ou seja normas de contabilidade do Sector Público, trabalhar com o Governo para criação da Comissão Nacional de Normalização Contabilística (CNNC) e desenvolver uma estratégia adequada para aprovação de mais instrumentos regulamentares com vista a elevar o padrão da qualidade do trabalho dos membros.

A todos votos de um ano próspero de 2015!

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

DESENVOLVIMENTO

O mandato do Bastonário apresenta como desafios deste triénio quatro pilares que pretendemos construir com solidez e perseverança, persistência e capacidade de resiliência como premissas para a construção de uma instituição forte e credível, desenvolvidos como segue:

1. Fortalecimento Institucional;
2. Educação e Formação Contínua;
3. Regulamentação da Profissão de Contabilista e de Auditor; e
4. Estratégia Para a Contabilidade do Sector Público Baseado nas IPSAS;

> *"Para a materialização destes objectivos, o envolvimento dos membros, parceiros e de toda a sociedade é de importância capital, pois trata-se de um dos marcos do nosso processo de consolidação institucional, a permanente interacção e participação de todas as partes interessadas onde as medidas visando a promoção da importância da profissão e da instituição tem primazia.*

1. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Durante o ano de 2014, de entre várias realizações, a formação e a regulamentação constituíram o desafio mais notável, importante e complexo. Com vista ao fortalecimento institucional, o Conselho Geral, cujo mandato estatutário estabelece reuniões trimestrais, percebeu a imperatividade de realizar reuniões mensais com o objectivo de rapidamente estruturar a instituição e regulamentar áreas críticas para o funcionamento e acompanhar de perto as actividades operacionais atinentes à criação de uma secretaria geral operacional.

O apoio dos parceiros do CPAI, mediante apoio financeiro do Banco Mundial e do Governo da Irlanda, permitiu criar robustez e capacidade institucional para desenvolver as actividades necessárias no campo da formação e regulamentação, para que o objectivo de filiação internacional nomeadamente à PAFA – Federação Pan-Africana de Contailistas, numa perspectiva de curto prazo e à IFAC - Federação Internacional de Contabilistas a médio prazo seja conseguida.

No processo de alinhamento institucional com as práticas regionais deste tipo de organizações, submetemos em Julho de 2014, o processo de inscrição da OCAM à PAFA e que na sequência, recebemos uma visita do Secretário Executivo da PAFA, Sr. Vickson Nkube para avaliação do nosso estágio de implantação e em Dezembro dp mesmo ano, recebemos a comunicação da aprovação da nossa candidatura como membros associado da PAFA.

Com efeito, foi iniciado em simultâneo o processo de inscrição nas duas instituições tendo sido estabelecidos também os primeiros contactos com o IFAC em Roma - Itália em Novembro de 2014, à margem do “World Congress of Accountants 2014”, através da Sra. Sylvia Tsen- Sénior Director, Quality and Member Relations.

Com vista a nossa afirmação institucional participámos em várias actividades académicas onde membros do Conselho Geral e dos Conselhos Directivos da OCAM tem sido convidados a proferirem palestras nas semanas académicas das Universidades e não só, onde não apenas desenvolveram temas académicos mas ainda, difundem a ética da profissão, a imagem, o papel da OCAM e a utilidade social da profissão.

Estas palestras promovem aproximação e avaliam a sensibilidade das Universidades sobre as reformas no ensino que certamente o país precisa, donde os parceiros mostram receptividade. Aliás, algumas universidades tem submetido para apreciação os seus programas curriculares dos cursos de contabilidade, Auditoria e afins, facilitando assim a nossa tarefa de levar a mensagem da mudança do enfoque do ensino de contabilidade para um melhor serviço à sociedade. Esta tarefa está dependente da nossa capacidade de organização para criação de um corpo técnico para efeitos de avaliação e alinhamento dos currículos das Universidades.

A tarefa exige conhecimento e maturidade suficiente para uma abordagem estratégica, consistente e profícua, dai que o apoio multiforme para a sua operacionalização continua a ser um dos maiores desafios da instituição. Este início auspicioso, mobiliza-nos, por se mostrar promissor e encorajador dado que a acessibilidade das Universidades,

verdadeiras construtoras das fundações de qualquer profissão, convence-nos de que elas próprias têm interesse em melhorar e reconhecem o défice de formação do actual sistema de ensino.

A nível internacional, membros do Conselho Geral da OCAM e/ou Conselhos Directivos dos Colégios participaram em várias conferências em Portugal, Brasil, Irlanda, Índia, África do Sul, entre outros, com objectivo de adquirir a necessária sensibilidade e experiência de como criar e gerir uma organização profissional como a nossa através da observação de como se faz pelo mundo além para que a improvisação não tome conta do nosso percurso donde as margens para errar devem ser minimizadas para benefício de uma sociedade que espera há muito tempo e já impaciente. Estas visitas tem também como objectivo, aprofundar a aprendizagem e a capacidade de regulamentação, visando o alcance das condições objectivas que propiciem a filiação à PAFA e IFAC. Temos consciência das etapas e dos passos que temos que vencer no campo regulamentar e organizacional, mas pensamos que com o apoio dos parceiros e a nossa abnegada entrega concretizaremos os nossos objectivos a médio prazo e teremos uma instituição forte que orgulha os membros e a sociedade que serve. As exigências para a filiação são rigorosas, e o desafio no campo da formação dos nossos membros é uma exigente realidade.

Com efeito, as estatísticas mostram que 60% dos membros da OCAM possuem grau médio e básico em contabilidade. Adicionalmente, mais de metade destes, têm idade

superior a 50 anos, com muitos anos de prática profissional, não obstante a sua experiência, revelam outrossim, necessidade de formação e actualização, adaptação às novas tecnologias de informação e ás mudanças de paradigma da economia mundial, com elevadas exigências a nível de informação.

Os órgão estatutários da OCAM foram convidados a pelo menos duas sessões do Conselho de Fiscalidade, órgão consultivo da Autoridade Tributária de Moçambique, onde é apresentada a planificação da receita fiscal e a situação da cobrança de impostos no país, tendo apresentado neste órgão contribuições valiosas que resultaram no convite ao estatuto de convidado permanente o que deve ser visto como a afirmação da classe e reconhecimento da classe.

Em reconhecimento ao protagonismo que a OCAM tem no processo de cobrança de impostos internos, refira-se que, mais de 70% dos impostos cobrados no país dizem respeito às organizações, em que a acção dos contabilistas se faz sentir, o Bastonário foi convidado a ser membro de pleno direito e convidado permanente do Conselho de Fiscalidade, devendo tomar posse numa das sessões a realizar-se em 2015.

A NÍVEL DE COOPERAÇÃO

Assinámos um acordo de parceria para a partilha da base de dados com a OTOC, que inclui reciprocidade no tratamento das inscrições dos membros em ambos países. O objectivo da partilha de base de dados sobre a colectânea de Legislação Fiscal e Económica funda-se numa plataforma informática SICAM – Sistema de Informação para os Contabilistas e Auditores de Moçambique, desenvolvida pela OTOC para a OCAM cuja essência é colocar a resenha histórica e actualização de toda a Legislação Fiscal e Económica em plataforma informática acessível aos membros da OCAM e todos os interessados para consulta online e sem uso de papel, conforme recomenda a responsabilidade ambiental.

Refira-se que a OTOC patrocinou um estágio de trabalho de aprendizagem a dois quadros de Direcção do Colégio dos Contabilistas, nomeadamente o Presidente do Colégio Dr. Octávio Manhique e o responsável da Comissão de Admissão e quadros o Dr. Adriano Senete, para que em 15 dias de trabalho se inteirem em Lisboa do funcionamento de todos os departamentos da OTOC, com enfoque na gestão da base de dados dos membros, nos processos de registo, admissão, desenvolvimento profissional contínuo, estágios, controlo de qualidade entre outras áreas, tendo a OCAM incluído a participação do Secretário Geral Dr. Alfredo Comé, para que possa fazer o acompanhamento e consolidação necessárias, como órgão executivo da OCAM.
A OCAM, trabalhou em dois momentos diferentes junto do CPAI, para se inteirar dos aspectos organizacionais e desenvolvimento da base de dados que se espera seja o modelo a implementar, como referência para a gestão de uma instituição profissional moderna, no âmbito do Contrato com o CPAI/KOSI, patrocinado pelo Banco Mundial ao Governo de Moçambique, em alinhamento com as políticas de melhoramento do ambiente de negócios.

Refira-se que por ocasião da visita do Chefe de Estado de Moçambique à Irlanda, outros importantes documentos foram assinados, sendo que uma das Adendas aos protocolos de cooperação entre os governos da Irlanda e de Moçambique, representado pelo Ministério da Indústria e Comércio, incluía um financiamento do Governo da Irlanda à OCAM, no valor de EUR 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), gerido por intermédio do PACDE.

A OCAM, iniciou contactos com o Ministério das Finanças visando a materialização da constituição da Comissão Nacional de Normalização Contabilística (CNNC), órgão que se enquadra no mesmo espírito da criação da OCAM, aprimoramento das práticas de contabilidade.
No quadro da responsabilidade do Estado para promover melhoria do ambiente de negócio no país, o Governo de Moçambique vai apoiar a OCAM em instalações para o funcionamento da sua sede e de uma Academia. Está em curso o processo de identificação de imóveis para a materialização deste objectivo. Nesta perspectiva, foi indicado preliminarmente o imóvel sito na Av. Alberth Lithuli N. 1082 1º andar, para academia e um imóvel na Rua de Kassuende N. 370R/C. Aguardando-se a disponibilidade e procedimentos legais necessários a qualquer momento.

Com base no Memorando de entendimento rubricado com o IGEPE, a OCAM iniciou o processo de certificação em qualidade de serviços a ser orientada pela INOQ. Pensamos que este é um passo que vai levar à credibilidade da instituição junto de parceiros e dos seus membros. Assinámos um memorando de Cooperação com o IPEME – Instituto de Promoção para as Pequenas e Médias Empresas moçambicanas e a SOICO. Como resultado desta parceria, a OCAM foi convidado a ser parte do júri de avaliação das 100 melhores PME´S do país, tarefa que a OCAM levou a cabo com responsabilidade tendo merecido menção dos parceiros.

Membros da OCAM, aderem a benefícios patrocinados pelos protocolos rubricados em 2013 com os bancos, BCI e Moza Banco, visando prover contrapartidas tangíveis aos seus membros, através da obtenção de créditos bonificados e serviços personalizados. Estão a ser desenvolvidas negociações com os bancos, no sentido de operacionalização de mecanismos que visam a facilitação de pagamento de quotas.

Com o espírito de reconhecimento e fortalecimento da nossa instituição, assinámos Memorandos de Cooperação com instituições congéneres da Irlanda (CPAI), Portugal (OTOC e OROC) visando principalmente a troca de materiais de apoio para às áreas de Formação e de Regulamentação, de que a nossa instituição continua a necessitar para se afirmar como reguladora das profissões de Contabilista e de Auditor. O protocolo assinado com a CPAI, em Junho de 2014, foi honrado pela presença dos mais altos representantes dos Governos da Irlanda e de Moçambique, destacando-se o Presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza e o Ministro da Cooperação e Relações Internacionais da Irlanda, Charlie Flanagan. Este protocolo, tem a particularidade de incluir o compromisso do Governo da Irlanda em apoiar os trabalhos de instalação e consolidação da OCAM, com EUR 150.000,00, durante os próximos dois anos.

Na tentativa de promover a participação de todos os membros do Conselho Geral nas actividades da Secretaria Geral, foi aprovada uma distribuição por pelouros com a indicação de membros do Conselho para responsabilizá-los directamente da supervisão do trabalho da Secretaria-geral. Assim:

AUGUSTO COSSA

PRESIDENTE DOS ASSOCIADOS

DAVID ZAVALE

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS BANCOS

CURRATILANE REMANE

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DAS SEGURADORAS

SERVIÇO AOS MEMBROS A NÍVEL DA BASE DE DADOS

BASE DE DADOS

O trabalho realizado ao longo de 2014 permite que a base de dados tenha as seguintes funcionalidades:

- Cadastrar membros e de empresas;
- Alocar empresa associada ao membro;
- Emitir e enviar Declarações de Compromisso de Honra por e-mail;
- Editar e emitir Facturas e Recibos de cobrança;
- Emitir Sistema de notificação por SMS e E-mail;
- Emissão dos seguintes relatórios e dados estatísticos:
- Listagem de membros (empresas e pessoas) por colégios;
- Listagem por sexos e distribuição geográfica (províncias)
- Listagem de membros por nível académico; Listagem de pagamentos de quotas;

1. Processos em Cursos para Melhorar o Serviços aos Membros

- Introdução do mecanismo de pagamento por via ATM/Celular/Internet e outros canais de pagamentos electrónicos;
- Credenciais para uso das funcionalidades da Base de Dados por parte das Delegações Regionais e representações provinciais
- Emissão de Cédulas Profissionais;
- Criação de área na Página Web/ Base de Dados para candidatos e membros estagiários;
- **Serviço aos Membros a Nível da Página Web**
- Repositório da legislação;
- Consultório técnico;
- Listagens dos membros da OCAM (contabilistas, auditores e sociedade);

Para a prossecução destas actividades, o Conselho Geral da OCAM, aprovou um orçamento de funcionamento para o ano de 2014, ao qual, foi agregado o montante de EUR 150.000,00, cedido pelos nossos parceiros de cooperação Irlandesa, de cuja proposta de utilização faz parte integrante do presente relatório (Anexo 01).

De todas as actividades desenvolvidas, a que revestiu-se de maior complexidade ou pelo menos, o que exigiu de todos nós maior empenho, participação e inteligência, foi o processo da formação. A formação decorreu em todas as 10 capitais provinciais do país mais a Cidade portuária de Nacala, perfazendo 11 (onze) cidades abrangidas. A planificação, organização, realização, controlo de toda a actividade subjacente foi efectuada pela OCAM.

Sendo que os parceiros de cooperação disponibilizaram apoio monetário para pagamento das deslocações, logística e formadores, a filosofia do curso foi desenhada tendo em conta captar o interesse dos formandos e para que todos tivessem acesso, por isso foi totalmente grátis. O nosso objectivo foi garantir a presença de um maior número de formandos e tentar por essa via incutir uma nova cultura e hábito de frequência deste curso de aprendizagem, que leva ao conhecimento e consequente domínio profissional, para que a profissão seja valorizada não apenas pelos seus praticantes mas também pela sociedade.

A par da Formação, também adquirimos com os fundos patrocinados pela cooperação Irlandesa, equipamento informático e Software PRIMAVERA para o processamento da Contabilidade da OCAM, Facturação e Gestão de Membros. Neste campo, espera-se que especialistas informáticos da CPAI auditem e avaliem as funcionalidades da nossa base de dados, a fim de a adaptar, para que possa ser equiparada à base de dados do CPAI, que se pretende seja o modelo de base de dados da OCAM. No âmbito da procura de dinamizar o funcionamento da Secretaria-Geral, foram admitidos os Srs. Gildo Cossa (para o quadro da OCAM) e Robert Walker (consultor), para o cargo de Director Técnico e consultor para a área de formação, respectivamente. Estas admissões propiciaram uma melhoria de desempenho da secretaria geral e os processos de formação tiveram um impulso significativo explicando a razão desta opção.

No quadro da nossa estratégia de cooperação institucional e às partes interessadas, foi assinado um comunicado conjunto com a Autoridade Tributária de Moçambique, visando estabelecer normas a serem observadas pelos Contabilistas e pelas Direcções das áreas fiscais na entrega dos processos de contas de 2013. Esta acção visava responsabilizar as Direcções das Áreas Fiscais a observar o princípio de que só contas assinadas por contabilistas certificados é que deviam ser recebidas, minimizando assim a assinatura de processos de contas por pessoas não devidamente qualificadas, com óbvia repercussão na qualidade de trabalho.

O **Conselho Geral da OCAM** aprovou, ainda, em Dezembro de 2014 e está a aguardar a assinatura do Memorando com a Autoridade Tributária de Moçambique, que visa regulamentar para o interesse de ambos, matérias ligadas à organização da parte processual dos Contabilistas e a colaboração que se requer das Direcções das Áreas Fiscais, no sentido de não permitir que pessoas não devidamente credenciadas se apresentem a remeter demonstrações Financeiras para efeitos fiscais em detrimento de contabilistas certificados. O Memorando é mais extenso e abrange mais matérias quando comparado com o comunicado conjunto assinado em 2014.

Também foram aprovados, aguardando assinatura em 2015, Memorandos com a TVM – Televisão de Moçambique e com a ANJUR Associação Moçambicana de Juristas, que procuram definir áreas de interesse e regular a colaboração que se considera importante para o desempenho de ambas instituições.A OCAM, Iniciou em 2014 a preparação de um retiro para o debate que visa a aprendizagem dos membros dos Conselhos Directivos e dele resultar a solidificação dos pilares do Plano Estratégico que a OCAM deve aprovar em 2015, documento importantíssimo para a gestão da instituição e crucial para a mobilização de fundos de apoio ao seu desenvolvimento.

2. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CONTÍNUA

De acordo com o mandato Estatutário, compete à OCAM organizar cursos de formação destinados à actualização e adequação aos padrões modernos dos conhecimentos dos seus membros que também exercem funções de gestão, numa altura em que muito se exige destes. Estes cursos tem como objectivo, promover a melhoria da qualidade e competências dos envolvidos não apenas nos aspectos de relato financeiro e fiscal mas também, entrosamento ético dos que promovem a gestão das empresas e da coisa pública, chamando lhes atenção para a imperatividade da ética e moral nos actos de gestão.

2.1.ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO 2014-2020

A par desta acção corrente, foi nossa preocupação delinear uma estratégia de longo prazo na área da formação para os próximos 5 (cinco) anos, que visa por um lado elevar o nível de qualificação dos Contabilistas certificados e por outro garantir através da formação contínua a manutenção da qualidade dos profissionais.

O processo de formação teve em consideração a Estratégia de Formação 2014-2020, inspirada e baseada na necessidade da OCAM filiar-se à IFAC. Por isso os materiais preparados estavam alinhados com essa perspectiva e os formadores foram seleccionados de entre os recomendados pelos parceiros de Portugal e tem reconhecimento internacional como tal. A estratégia foi traçada com base no actual cenário estatístico dos membros, onde mais de 60% possuem grau de escolaridade abaixo da Licenciatura e entretanto, tem muitos anos de experiência profissional e a necessidade de permitir que os interessados e formados em outras áreas científicas com Licenciatura possam ter formação para efeito de admissão e exercício da profissão

Fundamentos da Estratégia de Formação definida para 2014-2020:

Promover Estratégia de formação profissionalizante dos Contabilistas certificados inscritos, que exerçam a profissão sem que possuam pelo menos o grau de Licenciatura de modo a elevar o seu nível de desempenho e conformar-se com os requisitos internacionais para a prática da profissão;

Observar parcerias com instituições de ensino superior que possam estabelecer um programa especial para o efeito, tendo como base a Legislação sobre o ensino profissionalizante e com a premissa dos créditos académicos. Para os interessados a OCAM pode comparticipar na sua formação tratando-se de um objectivo da organização;

Estabelecer disciplinas chaves e respetivos conteúdos mínimos obrigatórios, para que as licenciaturas da área da contabilidade e afins, ministradas pelas instituições do ensino superior da rede escolar Moçambicana, sejam delineadas em parceria com a OCAM;

Desenvolver um sistema de monitoria e controlo de qualidade para os contabilistas certificados, como forma de melhorar a qualidade de serviço ao cliente;

Programar anualmente um Plano de formação contínuo e obrigatório a ser observado por todos e regulamentando claramente as excepções.

Fig 1: Membros da OCAM por Grau Académico

FORMAÇÃO 2014

DESENVOLVIMENTO

A formação, constituiu o desafio mais importante e complexo deste processo, ou pelo menos, é o que exigiu de todos nós maior empenho, participação e inteligência. Não tínhamos qualquer experiência na organização de evento de tamanha envergadura e que concentrava vários interesses e em toda a extensão do país. Mas com a entrega e colaboração honesta de todos os envolvidos foi possível e de forma exemplar, chegarmos ao fim do processo com resultados muito animadores.A formação teve enfoque as seguintes matérias: Ética, Contabilidade Financeira e Fiscalidade.

Com apoio dos nossos parceiros de Portugal seleccionámos formadores de reconhecida experiência e contratamos a formadora coordenadora Lucília Marques, dado que no seu currículo consta que já antes trabalhara em Moçambique, Angola e Cabo Verde, nos processos de formação e proposta de iniciativas legislativas, aliada ao seu domínio pedagógico, por se tratar de Docente Universitária experiente e reputada, para a organização de todo o processo e desenho do programa de formação donde as matérias seleccionadas, visam os seguintes objectivos mais gerais:

Organizar a área de formação e preparar regulamentos para a constituição de uma base para formação contínua dos membros, regulamentar o estágio e o exame de admissão;
Seleccionar, formar e Constituir uma base de dados de formadores nacionais (formação de formadores), que devem constituir o sustento da OCAM; Actualizar conhecimentos e desenvolver competências dos membros da OCAM, Autoridade Tributária e outros interessados.Assim, o processo de formação 2014, contou com financiamento do Governo da Irlanda no valor de EUR 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), tendo a formadora coordenadora, apresentado uma proposta de perfil do formador da OCAM e a respectiva preparação do processo de selecção de candidatos a formadores, que incluí entre outras etapas, os anúncios públicos convidando interessados a inscreverem-se para a base de dados de formadores (anexo 02), indicação das condições de frequência e processo de inscrição (anexo 03), marcação e realização da entrevista, avaliação dos resultados dos candidatos e preparação da própria acção de formação.

O valor disponibilizado pelos parceiros, foi essencialmente aplicado nas despesas de formação que ocorreu no período compreendido entre Outubro e Dezembro de 2014, aquisição de equipamento informático para apoio ao trabalho das delegações provinciais e software PRIMAVERA, para o processamento da contabilidade e gestão de membros e pagamento da preparação dos conteúdos da formação. O detalhe da aplicação dos fundos consta dos mapas financeiros mais adiante (anexo 3).

O processo de inscrições para formação foi concebido através de uso de plataformas electrónicas para efeito disponibilizado na página Web do sítio da internet da OCAM (www.ocam.org.mz). Acto contínuo, seguiu-se a selecção dos candidatos a formadores (anexo 04 - Grelha de

Avaliação), que obedeceu as seguintes fases:

- 1a Fase – Avaliação documental baseada no curricular vitae e certificados/diplomas;
- 2a Fase – Entrevistas
- 3a Fase – Formação de Formadores
- 4a Fase – Avaliação final

A preparação do material para a formação foi outra das etapas cruciais do projecto. Após a recepção dos materiais pelas entidades seleccionadas para a sua produção, passou-se à revisão e adequação para os fins e objectivos principais que se pretendiam atingir. Foi nesta base, que com a colaboração de outros formadores que nos foram indicados pelos nossos parceiros de cooperação Portuguesas, nomeadamente, Ema Palma, Domingos Cascais, Pedro Farinha, Pedro Lourenço) e Atanásio Frank (Formador local que já vinha trabalhando com a OCAM, foi refinado o material e colocado na sua forma final, para ser utilizado quer para a formação de formadores quer para a formação em geral.

Muitos candidatos participaram do processo de formação de formadores, sendo que no processo de escrutínio final foi possível seleccionar os seguintes formadores disponíveis de imediato a irem ao terreno, a nível Nacional e prestarem a sua colaboração no processo.

Devido a cada vez maior complexidade dos problemas económicos que modelam a essência da gestão da sociedade da era moderna, dominada pela globalização dos mercados, da avançada tecnologia de comunicação e informação, da acentuada escolarização, que torna os nossos tempos denominados era de conhecimento, torna se cada vez mais relevante o papel da contabilidade que por esse facto também é obrigada a mudar o paradigma tradicional assente na técnica de conta, para o ambiente das NIRF com essência no relato dos factos e acontecimentos, que explicam a razão económica.

Foi, tendo em atenção este aspecto, que os materiais de formação produzidos, tinham em conta a necessidade de adequar aos padrões internacionais de contabilidade, ou seja NIRF, integrando a fiscalidade e a ética também importantíssimos neste processo. O desafio de conformação com padrões internacionais, por parte do país, é testemunhado pela aprovação e publicação do Decreto 70/2009 de 22 de Dezembro, que aprova o sistema nacional de contabilidade para o sector empresarial.

O Público-alvo desta formação compreende entre Contabilistas, auditores, funcionários da Autoridade Tributária, colaboradores de Departamento Financeiro, responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e preenchimento dos modelos fiscais e estudantes das ciências empresariais.

A OCAM foi convidada pelo Conselho Superior de Magistratura Judicial Administrativa (CSMJA) para organizar uma formação a 15 magistrados Fiscais nas áreas de Contabilidade Básica e

Fiscalidade, que decorreu em duas fases no mês de Setembro. Foi um momento ímpar de troca de experiências e familiarização com os problemas que os juízes fiscais enfrentam no seu quotidiano, donde a OCAM pode tira lições para incorporar nos seus planos de formação. A par desta solicitação, uma empresa de prestação de serviço de Contabilidade, também solicitou à OCAM a formação de 40 colaboradores seus nos seus próprios escritórios. Uma experiência que também importa relevar e que nos enche de força ante a confiança que nos é provida pelos parceiros.

FORMADOR	PROVÍNCIA	REGIÃO
Juma Mutiha	Nampula	Norte
Mahomed Abdul	Nampula	Norte
Lucas Machava	Sofala	Centro
Mário Duarte	Sofala	Centro
Clemente Loureço	Tete	Centro
Atanásio Franck	Maputo	Sul
Arlindo Langa	Maputo	Sul
Abilio Muchanga	Maputo	Sul
Ema Palma	Maputo	Sul
José Farinha	Maputo	Sul
Domingos Cascais	Maputo	Sul

As actividades que consubstanciaram a utilização dos EUR 150.000,00, disponibilizados pelo parceiro de Cooperação Irlandesa, no essencial cumpriram com o programa que deles se esperava. Foi possível avançar algumas acções tendentes ao fortalecimento da Secretaria Geral e melhoria dos processos de gestão, através do trabalho dos consultores na avaliação e emissão de propostas para emenda estatutária e para reformulação ou preparação de novos regulamentos, como são os casos de controlo de qualidade, regulamento de estágio, estratégia de intervenção ou negociação com as universidades e instituições do Estado para uma abordagem mais apropriada da estratégia de formação. Adicionalmente, foram adquiridos equipamentos que vão apoiar o funcionamento das delegações provinciais e da Secretaria Geral. A distribuição destes encargos consta do Gráfico 04 e Anexo 04, detalhe do uso dos fundos. A formação propriamente dita, grande enfoque deste financiamento, decorreu em 11 cidades, ou seja nas 10 capitais provinciais do país, mais Nacala. O arranque foi a 27 de Outubro na Cidade da Beira, tendo a última sessão sido a 29 de Novembro em simultâneo nas cidades de Nacala, Inhambane e Xai–Xai. Mas antes, em Setembro, tinha acontecido a sessão de formação de formadores na Cidade de Maputo, Beira e Nampula.

Em todos os locais de formação, foram destacados membros dos órgãos centrais da OCAM para procederem, às sessões de abertura e de encerramento, testemunhando a importância e o significado que atribuímos a este processo. A Sessão de abertura na cidade da Beira a 27 de Outubro, foi presidida pelo Dr. Octávio Manhique, Presidente do Colégio dos Contabilistas e Membro do Conselho Geral.

Para a sessão de encerramento, de todo este processo a nível nacional teve como palco a cidade portuária de Nacala, pelo seu potencial de crescimento económico, zona franca, juntando-nos aos que acreditam no crescimento do país. Esta cerimónia histórica que testemunha o epílogo do nosso primeiro ciclo de formação, acto que nos orgulha e nos responsabiliza cada vez mais, dirigida pelo Ilustre Bastonário Prof. Doutor Mário Sitoe, teve a honra da presença, de entre outros convidados e formandos, do Administrador do Distrito de Nacala Porto –Em Representação da Governadora da Província de Nampula, do Presidente do Conselho Municipal de Nacala, do Director Regional Norte da Autoridade Tributária de Moçambique. Com este gesto quisemos reconhecer e premiar a participação de Nacala, uma cidade em franco desenvolvimento e que não é capital provincial e ainda o facto de a província de Nampula ter se posicionado em segundo lugar na estatística de maior participação de formandos.

2.3.PROTOCOLOS COM UNIVERSIDADES OU INSTITUTOS SUPERIORES

Estabelecer protocolos com as universidades e institutos superiores, a fim de serem ministrados cursos semi-presenciais a todos os contabilistas certificados inscritos, portanto, em exercício que não sejam titulares do grau de licenciatura.

Para que estes Protocolos sejam exequíveis foi consultada a legislação do ensino superior, a qual a seguir se referência, assim como os seus aspectos relevantes:

Lei 27/ 2009, de 29 de Setembro – Lei do Ensino Superior

Decreto N.º 30/2010 – Regulamento do Quadro Nacional de Qualificações do Ensino

Decreto N.º 32/2010, de 30 de Agosto – Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de créditos Académicos.

Os referidos cursos que se designarão por ”Curso de Técnico Superior de Contabilistas”, serão equiparados a Licenciatura e terão no mínimo 180 créditos e uma duração de 6 ciclos, (anexo 4) :

3.REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO CONTABILISTA E AUDITOR

No âmbito da Regulamentação, feita com apoio do CPAI – Irlanda em 2014 foram aprovados e publicados os seguintes documentos Regulamentares da OCAM:

Regulamento Interno (Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros) Aprovado (Resolução No 7 GB de 2014) Regulamento Disciplinar (Resolução No 8 GB de 2014) Regulamento de Controlo de Qualidade (Resolução No 6 GB de 2014) Código de Ética (Resolução No 5 do GB de 2014) Definição da estrutura orgânica que inclui distribuição de tarefas e segregação de responsabilidades para melhor e maior operacionalização da Secretaria Geral.

Estamos a desenvolver outros instrumentos regulamentares, preparados com base no apoio dos nossos parceiros CPAI/KOSI e das duas Ordens congéneres Portuguesas, a serem submetidas à aprovação do Conselho Geral da OCAM durante as sessões de 2015.

O Objectivo é normalizar o funcionamento da OCAM no mais breve espaço de tempo, como premissa para início do processo de consolidação institucional e cumprimento cabal do seu mandato estatutário.

Os desafios no campo da regulamentação ainda são enormes mas o trabalho iniciado permite nos alimentar a esperança de que em 2015 muitos outros instrumentos serão aprovados e paulatinamente os objectivos da criação da instituição cada vez mais visíveis.

4.ESTRATÉGIA PARA CONTABILIDADE NO SECTOR PÚBLICO BASEADO EM IPSAS

Continuação de contactos com instituições públicas visando colher o estágio actual da preparação da contabilidade do sector publico. Na busca de apoios para este sector fizemos um contacto com o BAD e aguardamos a todo o momento possíveis apoios financeiros e uma oportunidade de delinear conjuntamente com o Governo uma estratégia de migração da actual situação para as IPSAS.

6.RELATÓRIO FINANCEIRO

As contas apresentadas integram o período de 2013 e 014, não têm por base um sistema de contabilidade financeira, mas sim um sistema de contas de exploração, em virtude de por um lado, ser um instituição sem fins lucrativos, por outro, por estarmos a implementar um novo software de contabilidade (Primavera) e a proceder á sua integração com a base de dados dos membros, afim de proceder ao registo das quotas e seus recebimentos.

As contas apresentadas representam, um desempenho positivo das actividades desenvolvidas ao longo do primeiro ano de actividades após a tomada de posse do primeiro Bastonário e órgãos sociais da OCAM em Agosto de 2013. Como se poderá notar as receitas reflectem a maior aderência dos profissionais de contabilidade a membros no período.

A situação financeira reportada a 31 de Dezembro de 2014. Parte dos resultados acumulados (Fundos Próprios de reserva) foi aplicada a prazo em instituições financeiras (7.500.000,00MT), neste último semestre. Uma outra parte significativa foi aplicada na aquisição de activos como mobiliário, equipamento administrativo e informático, incluindo 2 viaturas, uma para expediente e outra para apoio ao Gabinete do Bastonário e órgãos sociais.

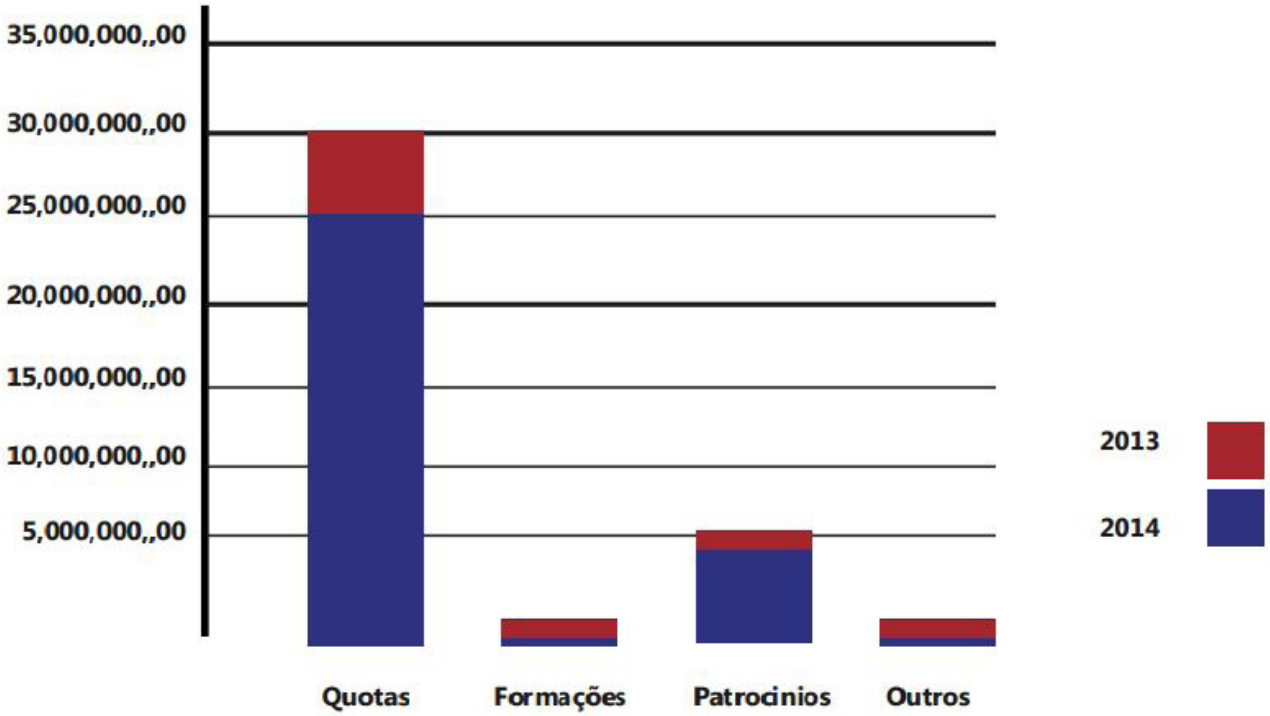
As contas apresentadas representam, o desempenho positivo das actividades do primeiro ano, Contado desde Agosto de 2013. Como se poderá notar as receitas reflectem a maior aderência dos profissionais de contabilidade a membros da OCAM neste período. Em 31 de Dezembro de 2014 o Activo liquido da OCAM era de 28,404,029.00MT.

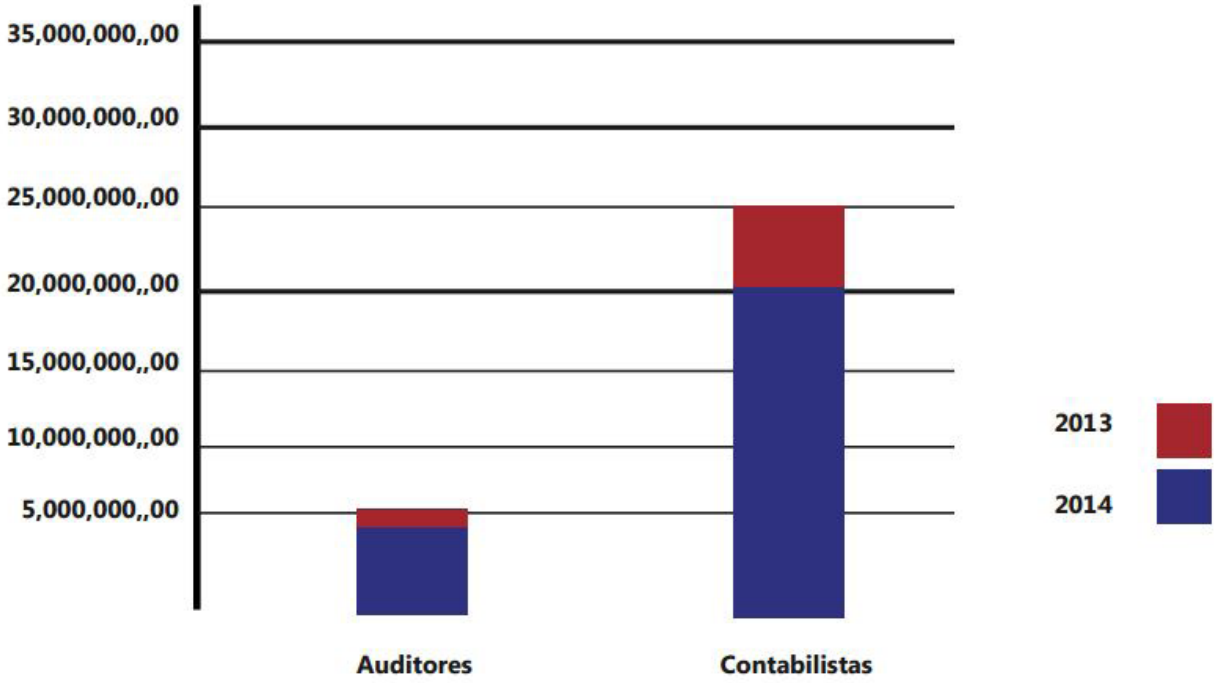
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no PGC-PE, sendo que o resumo da situação financeira é o seguinte:

As receitas de 2014 totalizaram 32,821,575.00MT, donde a receita de 2013 havia sido no montante de 4,526,649.00MT.

A variação significativa do número de membros, fundamenta esta subida da receita entre os dois periodos, da a entrada em vigor do documento que obriga todos os contabilistas a submeterem os processos de contas acompanhados pela declaração de compromisso de honra emitida pela OCAM, que só pode ser emitido aos membros com quotas regularizadas.

Gastos com pessoal





4.2.DESPESAS

As despesas de 2014 atingiram 22,923,948.00MT sendo que as de 2013 totalizaram 3,651,636.00MT;

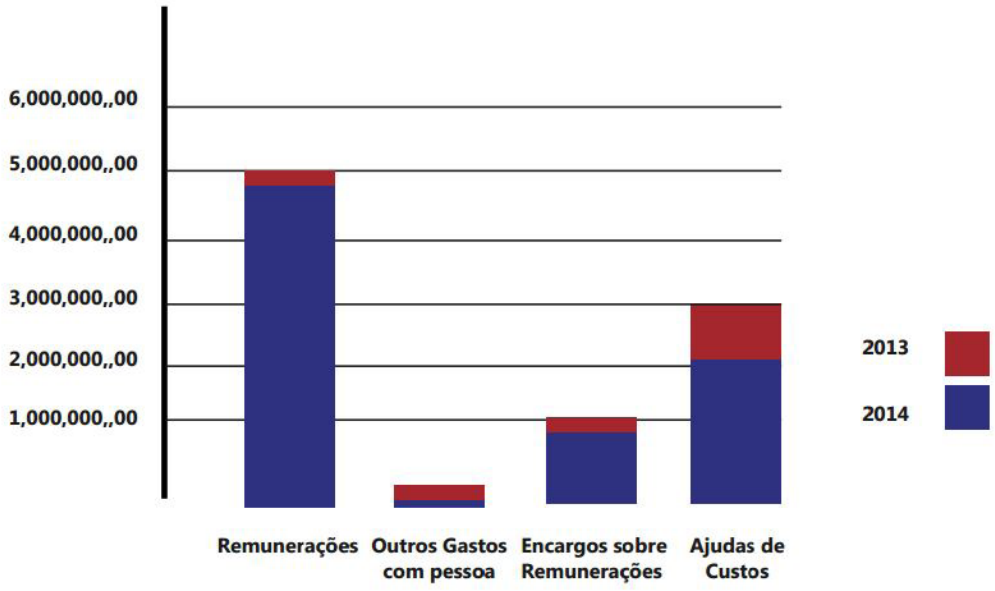
O aumento de despesas foi inferior em 97% devido aos esforços empreendidos na minimização de custos, e fruto das parcerias efectuadas com diversas instituições que permitiram minimizar despesas, nomeadamente publicidade e propaganda reduziram em 100% e as despesas de organização de eventos reduziram em cerca de 25%, de 912,793.00 MT em 2013 para 687,442.00 MT em 2014.

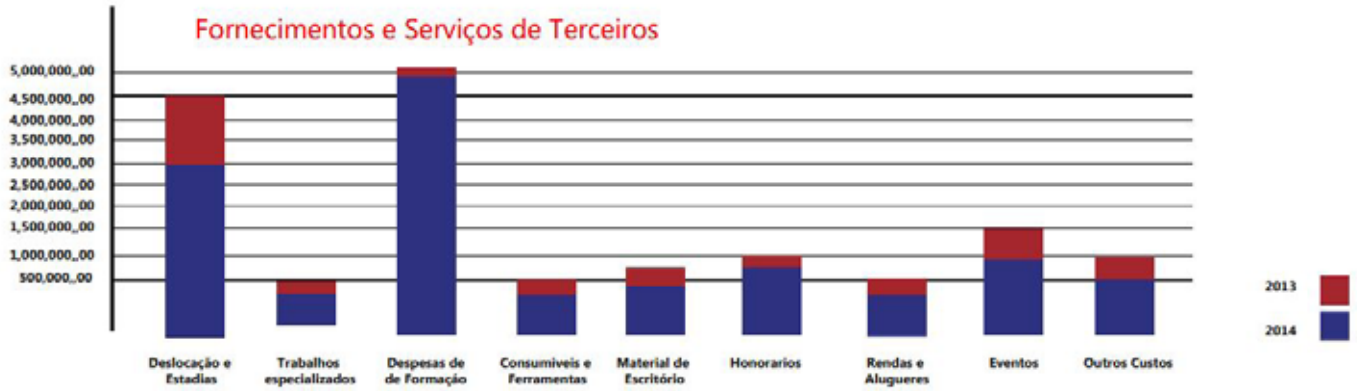
A subida dos gastos operacionais deveu-se à rubrica de custos com pessoal em razão de novas contratações (9) para o reforço da secretaria geral, visando a garantia de um serviço cada vez melhor aos membros, sendo que 6 colaboradores foram para os escritórios centrais em Maputo, 2 para a cidade da Beira e 1 para Nampula. Os colaboradores a OCAM passaram de 1 licenciado em 2013 para 4 em 2014.

A rubrica de fornecimento e serviços de terceiros bem como a de ajudas de custos teve igualmente uma contribuição significativa devido à participação em conferências nacionais e internacionais dos membros do Conselho Geral e encontros de troca de experiências e aprendizagem.

As despesas de organização da primeira formação a nível nacional financiada pelo Governo da Irlanda correspondem a 34% e os trabalhos especializados da criação da base de dados dos membros corresponde a 9% dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros. As Rendas e Alugueres tiveram incremento significativo devido a escritórios arrendados na cidade de Beira e Nampula.

Em 2015 a OCAM vai continuar a pautar por uma gestão prudente das despesas e desenvolver actividades por forma a incrementar a rendibilidade da organização, mas sem prejuízo de desenvolvimento de actividades que modelem o crescime nto da instituição em todas as suas frentes.





Utilização do Fundo de EUR 150.000,00

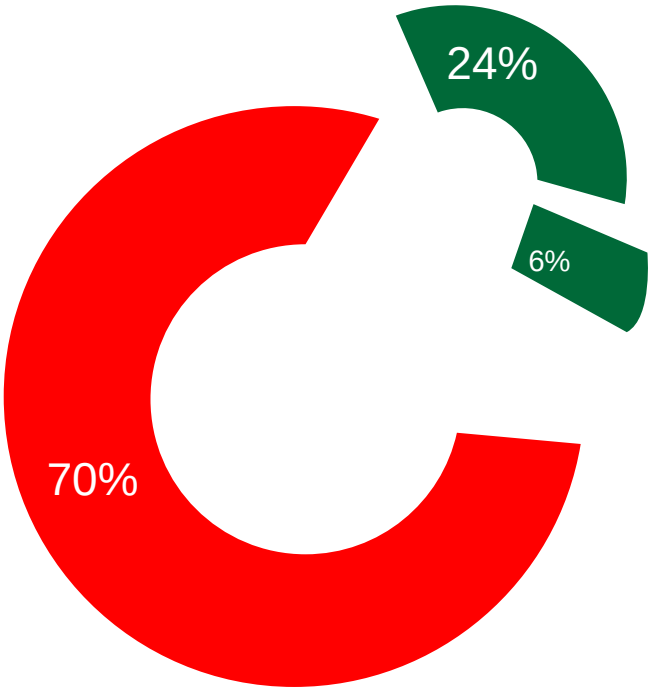
O fundos disponibilizados pela Cooperação Irlandesa e desembolsados por intermédio do PACDE, totalizaram EUR 150.000,00. A utilização deste montante foi objecto de uma programação prévia, submetida aos parceiros (Anexo 01). Resultado dos acordos firmados com o Banco Mundial e com o CPAI/kOSI, relativamente às actividades de formação que constavam do contrato, foi possível alocar parte dos fundos da formação de formadores para o desenvolvimento institucional (Anexo 01). Com efeito, as principais matérias e/ou actividades abrangidas incluiam:

Contratação da formadora responsável para coordenar o projecto de formação e apoio à Secretaria Geral em colaboração com o consultar residente provindo dos parceiros da CPAI/KOSI;

- Aquisição do equipamento de apoio ao processamento contabilístico e gestão de membros bem como o fortalecimento da Secretaria Geral
- Definição do perfil e selecção das candidaturas a formadores da OCAM;
- Produção dos materiais de formação;
- Formação de formadores, Contabilistas certificados, Colaboradores da Autoridade Tributária e outros interessados;

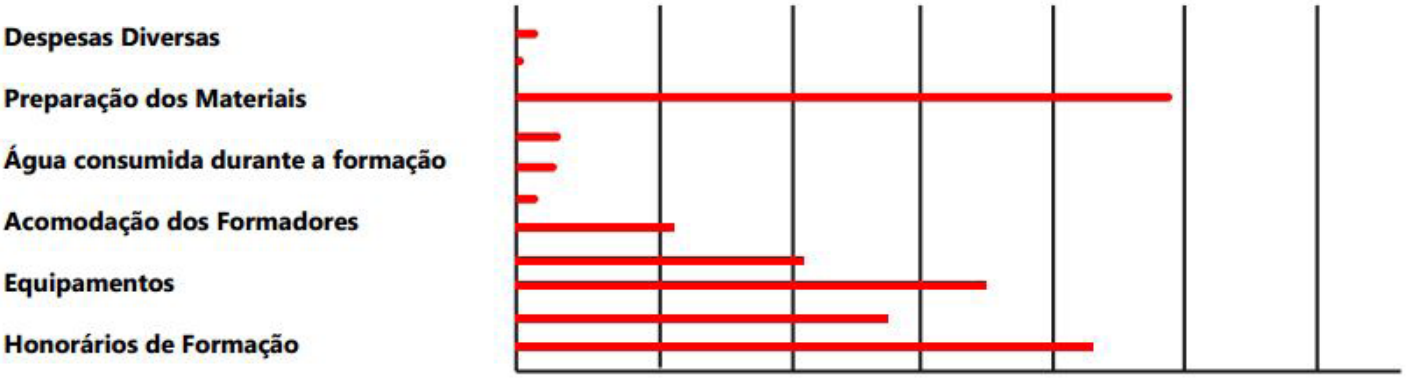
Relatório final e avaliação das actividades realizadas

Figura : Utilização dos Fundos da Cooperação Irlandesa



ANEXO 1

Destribuição Percentual da Utilização dos Fundos



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDETE

Ao Conselho Geral da OCAM - Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique

Relatório sobre as Demostrações Financeiras

Auditamos as Demostrações Financeiras anexas OCAM-Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, e a Demonstração de Resultados, a Demostração de fluxos de Caixa e a demonstração de Alterações de fundos própios relativas ao exercicio findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidades do Conselho Geral pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho Geral é responsável pela preparação apropriadada destas demonstrações financeiras, preparadas de acordo com o Sistema Contabilistíco Empresarial para as Pequenas Empresas (PGC-PE) e oelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação das demonstrações financeiras insetas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria . Essas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demostrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca de quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações dos riscos, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demostrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilisticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilisticas feitas pela gerencia, bem como avaliar a apresentação global das demostrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropiada para peoporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as demostrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropiada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira OCAM - - Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique em 31 de Dezembro de 2014 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercicio findo naquela data de acordo com o Sistema Contabilistico Empresarial para as Pequenas Empresas (PGC-PE).

Maputo, 26 de Abril de 2016

Jeremias Cardoso da Costa

Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique
OCAM

BALANÇO FINAL

PARA O ANO FINDO A 31 DE DEZEMBRO 2014

DESCRIÇÃO	NOTAS	2014	2013
ACTIVOS			
Activos não correntes		**4,459,488**	**1,185,038**
Activos tagiveis	2	3,655,333	971,446
Activos intagiveis	2	804,156	213,593
Activos correntes		**23,944,541**	**7,580,157**
Caixa e equivalentes de caixa	8	8,455,596	3,850,542
Quotas a receber	9	14,056,700	3,700,650
Outros activos correntes	10	1,432,245	28,965
Total dos activos		**28,404,029**	**8,765,195**

CAPITAL PRÓPIO E PASSIVOS

Capital própio		**27,235,643**	**8,176,139**
Capital de (joias)	13	14,730,000	5,825,000
Resultados transitados	13	2,351,139	1,505,383
Resutados do período	13	10,154,504	845,756
Passivos correntes		**1,168,386**	**589,056**
Outros passivos correntes	12	698.112	474,694
Acréscimos e diferimentos	12	470.274	114.361
Total de capital e dos passivos		**28,404,029**	**8,765,195**

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADO

PARA O ANO FINDO A 31 DE DEZEMBRO 2014

DESCRIÇÃO	NOTAS	2014	2013	Var%
Rendimentos operacionais		32,821,575	4,526,649	625%
Quotas	1	26,442,000	4,408,000	500%
Outros	3	6,379,575	118,649	5277%
Gastos operacionais		(22,923,948)	(3,651,636)	528%
Gastos com o pessoal	4	(7,626,206)	(716,322)	985%
Fornecimentos e serviços de terceiros	5	(14,589,561)	(2,885,882)	406%
Depreciações e Amorizações	2	708,181)	(49,432)	1333%
Resultado operacional		9,897,627	875,012	1031%
Gastos financeiros	6	(131,157)	(29,256)	348%
Rendimentos e ganhos financeiros	7	388,034		100%
Resultado do periodo		10,154,504	845,756	1101%

DEMOSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

PARA O ANO FINDO A 31 DE DEZEMBRO 2014 Valores em MZN

DESCRIÇÃO	NOTAS	2014	2013
Fluxio do caixa das actividades operacionais			
Resultado do periodo		10,154,504	845,756
Ajustamento aoresultado relativo:			
Depreciações e Amortizações	2	708,181	49,432
Provisões, acrescimos e diferimentos	11	355,913	114,361
Menos valia no abate de activos não correntes		21,548	
Antes das alterações no fundo de maneio		**11,240,146**	**1,009,549**
(Aumento)/ redução de quotas a receber	2	(10,356,050)	(3,700,650)
(Aumento)/ redução de outros activos correntes		(1,403,280)	(28,965)
(Aumento)/redução de outro passivos correntes	6	223,418	474,694
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		**(295,768)**	**(2,245,371)**
Fluxos de caixa das actividades de investimento Pagamentos respeitantes a:			
Aquisição de activos náo correntes	2	(4,173,243)	(1,234,470)
Recebimentos respeitantes a:			
Venda/abate de activos não correntes		169,065	
Caixa líquida usada nas activas de investimento		**(4,004,178)**	**(1,234,470)**

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADO

PARA O ANO FINDO A 31 DE DEZEMBRO 2014 Valores em MZN

Fluxos de caixa das actividades de financiamento Recebimentos respeitantes a:			
Aumento/ (redução) de joias	13	8,905,00	5,825,000
Resultados transitados de CIOCAM	13		1,505,383
Caixa liquida usada nas activas de financiamento		**8,905,00**	**7,330.383**

Variação de caixa e equivalentes de caixa:		**4,605,054**	**3,850,542**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8	3,850,542	
Caixa e equivalentes de caixa do fim período		**8,455,596**	**3,850,542**

DEMOSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE FUNDOS PRÓPIOS

PARA O ANO DE FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 Valores em MZN

Fundos própios				
Natureza dos movimentos	Natureza dos movimentos	Natureza dos movimentos	Natureza dos movimentos	Natureza dos movimentos
Saldo do inicio do periodo	**5,825,000**	**1,505,383**	**845,756**	**8,176,139**
Resultado do periodo	-		10,154,504	10,154,504
Transferência de resultados	-	845,756	(845,756)	
Subscrição de membros (joias)	8,905,000			8,905,000
Saldo do fim do periodo	14,730,00	2,351,139	10,154,504	27,235,643

NOTAS DE DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Introdução

A Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique é uma pessoa colectiva de direito público, independente do Estado

e de quaisquer organizações públicas e privadas, nela escrita.

Criada através da Lei n.º8/2012 de 8 de Fevereiro, a OCAM desenvolve uma actividade não lucrativa, de interesse público regendo-se

pelo estatuto própio pelos regulamentos internos e de mais legislação aplicável , gozando de personalidade jurídica, dispondo de autonomia administrativa ,financeira, patrimonial, científica, técnica e regulamentar.

Endereço

OCAM tem a sua sede na 1ª Rua perpendicular, nº26, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique, com duas (2) delegações, Centro e Norte, e inscrita sob o NUIT 700 123 636

Objectivos da OCAM

- a) A definição de regras de acesso e exercicio de profissão de contabilidade e auditoria e certificaçáo das categorias profissionais de contabilista certificado e de auditor certificado, através da emissão das respectivas cédulas profissionais

- b) A superintendência de todos aspectos relativos ao acesso e exercício das profissões de contabilidade e auditoria, de modo a garantir a sua independência técnica e funcional , a defesa da dignidade e prestígio dos seu membros, bem como dos seus direitos e prerrogativas, a afirmação da função social da profissão e a promoção e respeito pelos respectivos princíios deontológicos.

- c) A representação dos interesses profissionais de todos aqueles que exerçam ou venham a exercer em Moçambique actividades profissionais de contabilidade e auditoria.

- d) O exercicio da jurisdição disciplinar relativamente a todos os seus membros
- e) A promoção dos mais elevados padrões técnicos e níveis e desempenho dos membros.

1. Bases de apresentação e principais politicas contabilisticas

As Demostrações Financeiras anexas foram preparadas no presuposto de continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilisticos da Entidade, mantidos de acordo com o Sistema Contabilistico Empresarial para as Pequenas Empresas (PGC-PE) baseadas nas Normais Internacionais de Relato Financeiro e na base do custo histórico. As demostrações financeiras estão expressas em Meticais, excepto onde contrário for indicado.

As principais políticas contabilisticas utilizadas na preparação das Demostrações Financeiras foram as seguintes:

(a) COMPARABILIDADE

Por forma aos usuários da informação financeira poderem comparar as demonstrações financeiras da entidade ao longo do tempo, com o objectivo de identificar tendências na sua posição financeira e no seu desempenho, as rúbricas do Balanço, da demonstração de resultados e da demonstração de fluxos de caixa referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2014, encontran-se apresentadas em conformidade com o Sistema Contabilistico Empresarial para as Pequenas Empresas (PGC-PE).

(b) ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os activos fixos intagíveis estão valorizados ao custo de aquisiçáo, liquido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, numa base duodecimal, de forma a amortizar o seu valor iliquido durante 3 anos.

(c) ACTIVOS TANGÍVEIS

- Os Activos Tangíveis são mostrados ao valor de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, numa base duodecimal, sobre valores de aquisição, de forma a reintegrar totalmente os bens no fim da sua vida útil esperada.

A depreciação dum activo começa quando esteja disponivel para uso

Manutenções e reparaçóes que, náo acrescentam valor material ao activo, nem prolongama a sua vida útil de forma notória, são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Determinados activos de valor insignificante são também reconhecidos como despesa no período em que forem adquiridos.

As taxas de dopreciação aplicadas variam entre os limites minimos e máximos legalmente estabelecidos como a seguir se indica:

Descrição	Taxa anual
Mobiliario Administrativo equipado básico	10%-25%
Equipamento de transporte	10%-25%
Construções	2%-5%

(c) Reconhecimeto dos proveitos / Receitas

- Costituem receitas da OCAM os valores recebidos provenientes de
- Quotas fixadas pelos orgãos da OCAM
- Juros bancários;
- Patrocínios;
- Outras receitas

O proveito é reconhecido apenas quado é provável que os beneficios económicos inerentes a transações fluam para a entidade, e a quantia do proveito, custos associados incorridos ou a serem incorridos possam ser mensuarados com fiabilidade.

(d) Capital

O capital OCAM é composto pelas joias pagas pelos membros no acto da inscrição

3. Transações e Saldos e Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas, no momento do seu reconhecimento inicial, à taxa de câmbio existente na data da transação.

Os activos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio prevalecente na data da sua liquidação ou do balanço, entre elas a que correr primeiro. As diferenças cambiais resultantes da liquidação ou conversão de activos ou passivos monetários são incluidas nos resultados do periodo em que ocorram e divulgados.

As cotações de câmbio utilizadas para conversão dos activos ou passivos monetários em moeda estrangeira existentes à data do Balanço foram as seguinte:

Câmbio	Compra			Venda		
	2014	2013	Variação	2014	2013	Variação
MZN/USD	31,49	29,83	1,66	31,69	30,03	1,66
MZN/1ZAR	21,71	2,87	(0,16)	2,72	22,89	(0.17)
MZN/1EURO	38,27	845,756	(3,02)	38,51	41,56	(3,05)

	Saldo Inicial	Audições	Abates	Saldo Final
Custos **Activos intagiveis**				
Propriedade industrial e outros direitos	222,879	725,957		948,836
Subtotal	222,889	725,957		948,836
Activos tangiveis				
Mobiliario e equipamento administrativo social	812,691	1,804,292		2,616,983
Equipamento de transporte	198,900	1,642,995	198,900	1,642,995
Subtotal	1,011,591	3,447,287	198,900	4,259,978
Total	1,234,470	4,173,243	198,900	5,208,814
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	**Saldo Inicial**	**Audições**	**Abates**	**Saldo Final**
Activos intagiveis	9,287	135,393		144,680
Propriedade industrial e outros direitos	9,287	135,393		144,680
Subtotal				
Activos tangíveis	31,858	230,497		262,355
Mobiliario e equipamento administrativo social	8,288	342,291	8,288	342,291
Equipamento de transporte	40,146	572,787	8,288	604,645
Subtotal				
Total	**49,432**	**708,181**	**8,288**	**749,325**
Activos Liquidos	**1,185,038**			**4,459,488**

3.RENDIMENTOS OPERACIONAIS

	2014	2013	Variação
Quotas	26,442,000	4,408,000	22,034,000
Formações	297,700		297,700
Patrocinios	6,065,855	118,270	5,947,585
Outros rendimentos e ganhos	16,020	378	15,641
Total	32,821,575	4,526,649	28,294,926
	2014	**2013**	**Variação**
a) Representação das quotas por colégio			
Colégio dos auditores	1,784,000	520,000	1,264,000
Colégio dos contabilistas	24,658,000	3,888,000	20,770,000
Total	**26,442,000**	**4,408,000**	**22,034,000**

4.GASTOS COM PESSOAL

	2014	2013	Variação
Renuerações dos trabalhadores	5,138,182	242,716	4,895,466
Outros gastos com pessoal	379,291	41,399	337,892
Encargos sobre renumerações	163,275	5,809	157,466
Ajudas de custos	1,945,458	426,398	1,519,060
Total	**7,626,206**	**716,322**	**6,909,884**

5.Fornecimentos e serviços de terceiros

	2014	2013	Variação
Electricidade e água	44,807	9,603	35,204
Combustivel	203,435	5,855	197,580
Consumiveis e ferramentas	566,497	20,443	546,054
Material Electrónico	638,239	101,852	536,388
Consumiveis	282,702	110,307	172,395
Honorários	925,150	-	925,772
Deslocações e estadias	3,130,617	1,429,653	1,700,964
Despesas e alugueres	82,343	-	82,343
Rendas e alugueres	668,150	125,300	542,850
Publicidade e propaganda	-	127,489	(127,489)
Seguros	89,948	18,933	71,015
Trabalhos especializados	1,357,774	-	1,357,774
Despesas de Formação	4,959,248	-	4,959,248
Organização e realizaçáo de eventos SG	687,442	912,793	(225,351)
Outros custos operacionais	952,586	23,655	928,931
Total	**14,589,561**	**2,885,882**	**11,703,679**

6.GASTOS FINANCEIROS

Encargos e serviços bancários	130,437	29,255	101,182
Outros	721	1	719
Total	**131,157**	**29,256**	**101,901**

7.RENDIMENTOS E GANHOS FINANCEIROS

	2014	2013	Variação
Juros de depósito e prazo	388,034		388,034
Total	**388,034**		**388,034**

		2014	2013	Variação
Caixa - Fundo de maneio		27,500	1,706	25,794
Depósito a ordem				
BCI 7794444810001 MZN		248,836	821,453	(572,617)
BIM 27779490657 MZN		504,440	1,826,250	(1,321,810)
MOZA BANCO 186461410001 MZN		117,034	960,369	(843,335)
MOZA BANCO 186461415001 USD		57,786	117,765	(59,979)
BIM (CIOCAM) 224948239 MZN		-	122,999	(122,999)
Depósito a prazo				
BCI MZN	b)	2,000,000	-	2,000,000
BIM MZN	c)	5,500,000	-	5,500,000
Total		**8,455,596**	**3,850,542**	**4,605,054**

b) Deposito a prazo no BCI por um período de três (3) meses contados a partir de 12/12/2014, vencendo juntos a taxa de 11% ao ano.

c) Deposito a prazo no Milennium Bim por um periodo de seis (6) meses contados a partir de 05/12/2014, vencendo juntos a taxa de 12% ao ano.

9.Quotas a receber

	2014	2013	Variação
Diversos membros	14,056,700	3,700,650	10,356,050
Total	**14,056,700**	**3,700,650**	**10,356,050**

10.0UTROS ACTIVOS CORRENTES

	2014	2013	Varição
Estado e outros organismos públicos - PACDE	884,307	-	884,307
Despesas de deslocação por justificar	252,970	28,965	224,005
Bom Apetite, Lda	5,468	-	5,468
New Hotel - Nampula	19,500	-	19,500
Hotel Wimbi - Nampula	8,000	-	8,000
Centro de Conferências Joaquim Chissano	262,000	-	262,000
Total	**1,432,245**	**28,965**	**1,403,280**

11.ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

	2014	2013	Variação
Gastos diferidos	20,000	40,000	20,000
Renda	20,000	40,000	20,000
Acréscimos de gastos	**490,274**	**154,361**	**335,913**
Honorários de audítoria	340,500	-	340,500
Outros	149,744	154,361	(4,587)
Balanço	(470,274)	(114,361)	(355,913)

12.OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	2014	2013	Variação
Imposto a pagar	147,957	18,903	129,054
Lithuva Serviços, Lda	-	111,440	(111,440)
Primavera	205,803	-	205,803
Outros	344,352	344,352	-
Total	**698,112**	**474,694**	**223,418**

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Entidade durante um período de dez anos (Nº 5 do Artigo 75 do CIRPC), podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incuprimentos pontuais da legislação fiscal, nomeadamente em sede do INSS, IRPC, IRPS e imposto sobre o valor acrescentado (IVA) eventuais correções.

13.FUNDOS PRÓPIOS

		2014	2013	Variação
Capital (Jóias)	d)	14,730,000	5,825,000	8.905.000
Resultados transitados		2,351,139	1,505,383	845,756
Resultados transitados		10,154,504	845,756	9,308,748
Total		**27,235,643**	**9,176,139**	**19,059,504**

d) Representação da Joia por colégio

	2014	2013	Variação
Colégio dos auditores	800,000	520,000	54%
Colégio dos contabilistas	13,930,000	5,305,000	163%
Total	**14,730,000**	**5,825,000**	**153%**

14.EVENTOS SUBSEQUENTES

Eventos subsequentes ajustaveis

Nenhuma questão de relevancia para os assuntos financeiros da Ordem ocorreu entre a data do balanço e a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2014

Exmos. Senhores Membros do Conselho Geral da **Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique** (OCAM)

No âmbito do mandato que nos conferiram e no desempenho das nossas funções, cumpre-nos apresentar o Parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório e demonstrações Financeiras auditadas da OCAM referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Acompanhámos com regularidade os actos de gestão realizados pela Direcção, tendo-nos sido prestados todos os esclarecimentos e informações que solicitámos acerca da actividade da OCAM. Durante aquele período, verificámos também o cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor.

O relatório apresentado pela Direcção bem como as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da OCAM, satisfazendo as disposições estatutárias em vigor.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foram objecto de exame independente cujo Relatório de Auditoria datado de 26 de Abril de 2016, sem reservas, foi submetido à nossa apreciação e com o qual concordamos.

Da Direcção, da Secretaria-Geral e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos.

Assim, nos termos do art. 36º, nº 1, al. d), do Estatuto da OCAM, o Conselho Fiscal, reunido nesta data, delibera emitir parecer favorável a que o Conselho Geral aprove as demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, observada a ressalva acima.

Maputo, 30 de Abril de 2016

O Conselho Fiscal

Emídio Marcelino
Presidente

Benjamin Nandja
Vice-Presidente

Estamos convencidos de que, se cada um de nós fizer o esforço necessário para ele próprio se convencer e convencer aos outros de que ele é o melhor e todos fizermos este exercício, então não teremos um profissional melhor, mas teremos uma classe de profissionais melhores.

CONCLUSÃO

Pela sua importância e significado, na mudança de paradigma de relacionamento no país, a participação da Autoridade Tributária nestes cursos é um sinal de reconhecimento da nossa sublime e humilde abordagem institucional que mobiliza a atenção dos parceiros e da sociedade. Há ainda barreiras que dificultam as nossas relações institucionais, decorrentes do relacionamento de um passado recente, mas que todos estamos empenhados em ultrapassar e melhorar. Precisamos remover tais barreiras e criarmos um ambiente de proximidade e colaboração efectiva. Porque todos unidos na mesma causa, melhor contribuiremos para o crescimento das receitas fiscais, do próprio empresariado e consequentemente da economia do país e das finanças públicas, chave do progresso, que proporciona o desenvolvimento que todos almejamos.

O programa de formação, debruçou-se sobre questões relativas a ética, contabilidade financeira e fiscalidade. A forma de abordagem das matérias ministradas é nova e corresponde a era moderna que a contabilidade atravessa. Tivemos uma participação de mais de 1.200 formandos a nível nacional e pela pertinência das matérias abordadas continuamos a receber pedidos daqueles que não puderam frequentar este ciclo de formação o que nos encoraja a continuar a trabalhar pois testemunha a razoabilidade dos nossos planos e objectivos.

Esta formação foi uma grande propaganda da profissão na sociedade. Temos recebido muitos testemunhos da sociedade referindo-se ao facto de que nunca antes tinham tido oportunidade de saber a importância do contabilista e do auditor, mas pelo movimento que esta formação proporcionou, crianças, adultos e velhos passaram a perceber a importância da profissão e obviamente do próprio profissional. Estamos engajados, profundamente em massificar a profissão e disseminarmos a visão de que a qualidade exige sacrifício e não é hostil à quantidade. Queremos ser muitos com qualidade e abandonar o tab de que a qualidade só pode existir em poucos!

Estamos convencidos de que, se cada um de nós fizer o esforço necessário para ele próprio se convencer e convencer aos outros de que ele é o melhor e todos fizermos este exercício, então não teremos um profissional melhor, mas teremos uma classe de profissionais melhores.

Temos o dever de registar a nossa expressão de gratidão a todos os parceiros, pessoas singulares e colectivas, que directa ou indirectamente se envolveram e permitiram o sucesso desta tarefa. Mesmo correndo o risco de omitir alguns, manda a consciência reconhecer os apoios dos nossos parceiros, os Governos de Moçambique e da Irlanda, através da sua Embaixada em Maputo, pois sem o apoio financeiro proporcionado não teríamos conseguido levar a cabo esta tarefa, ao CPAI/KOSI, ao PACDE, à Autoridade Tributária de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique (ISCAM), Instituto Superior Dom Bosco, Universidade Católica de Moçambique, Universidade Pedagógica, à TVM – Televisão de Moçambique e à STV e TIM, Associação Comercial da Beira, ISCTEM, aos nossos Formadores, nacionais e estrangeiros, à Secretaria Geral e tods os órgãos sociais da OCAM,

Muito obrigado!

Maputo, Março de 2015

ANEXOS

1º Ciclo	Disciplina	N/C	T/C	EC TS
	Matemática	C	3	4
	Economia Geral	C	1,5	3
	Contabilidade Básica	N	4	6
	Contabilidade de Gestão I	N	4	6
	Etica Empresarial e Profissional I	N	1,5	4
	Gestão de Empresas	C	3	4
	Noções de Direito	N	3	3
	Total:		**20h**	**30**

2º Ciclo	Disciplina	N/C	T/C	EC TS
	Informática	N	3	4
	Direito de Empresas	N	3	4
	Contabilidade Financeira I	N	4	6
	Contabilidade de Gestão II	N	4	6
	Economia de Empresas	C	1,5	3
	Finanças empresariais	N	3	4
	Matematica Financeira	N	1,5	3
	Total:		**20**	30

3º Ciclo	Disciplina			
	Contabilidade de Gestão II	N	4	6
	Estatística de Empresas	C	1,5	3
	Direito do Trabalho	C	3	3
	Contabilidade Financeira II	N	4	6
	Economia de Moçambique	C	1,5	3
	Auditoria	N	3	6
	Analise e Gestão Financeira I	N	3	3
	Total:		**20h**	**30**

4º Ciclo	Disciplina			
	Analise e Gestão Financeira II	N	3	4
	Fiscalidade I	N	4	6
	Auditoria Interna	N	4	6
	Investigação Operacional	C	1,5	3
	Contabilidade Pública	N	3	4
	Marketing	N	1,5	3
	Gestão de Recursos Humanos	C	3	4
	Total:		**20**	30

5º Ciclo	Disciplina			
	Sistemas Financeiros e Bancários	C	1,5	3
	Contabilidade de Seguros	N	1,5	3
	Contabilidade Agrária	N	1,5	3
	Contabilidade Bancária	N	1,5	3
	Auditoria Financeira	N	4	6
	Contabilidade Financeira Avançada	N	4	6
	Fiscalidade II	N	4	6
	Total:		**18h**	**30**

6º Ciclo	Disciplina			
	Gestão Estratégica de Negócios	C	3	3
	Relato Financeiro	N	4	6
	Analise de Projectos	C	1,5	3
	Sistema de Informação	C	3	3
	Empreendedorismo	C	1,5	3
	Contabilidade Internacional	N	4	6
	Fiscalidade III	N	4	6
	Total:			30

Tabela 01 – Plano Curricular do Curso de Técnico Superior de Contas

2.4 PREPARA;\AO DOS MATERIAIS DE FORMAÇÃO

As propostas para efeito de elaboração dos materiais de formação foram submetidas em respostas ao anúncio (anexo 2) e foram avaliadas por um júri devidamente nomeiado por despacho do Bastonário, constituído pelo Secretário Geral e responsável pela Coordenação da Formação, Formadora Lucília Marques e pelo Gestor Financeiro da OCAM (anexo 04 – Grelha de Avaliação), tendo sido seleccionados os seguintes provedores de serviço (Tabela 03).

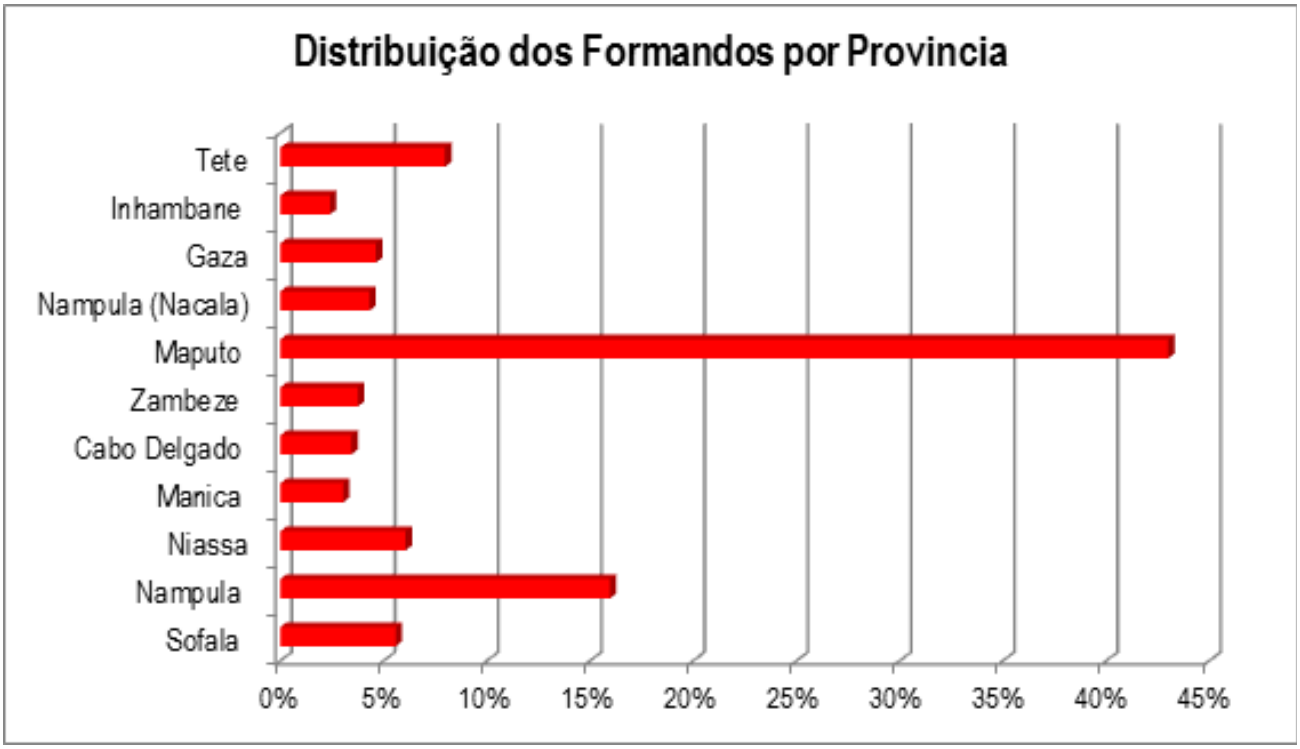
Empresas	Descrição das Actividades
CRA Serviços El	Elaboração de Manuais e Matérias de Suporte
CoreBusiness R	evisão dos Conteúdos de Formação e exercícios práticos
José Pedro Farinha	Elaboração de Manuais, Matérias de Suporte e Serviços de Formação
VisionSystemTecn	Fornecimento de Som para Auditórios (anfiteatro)

Consultores	Descrição de Actividades
Altino Xavier	Preparação de slide shows, respectivo *layout* e animação
Francisco Vicente R	evisão Linguística

A formação decorreu em 11 cidades, ou seja nas 10 capitais provinciais do país, mais Nacala. O arranque foi a 27 de Outubro na Cidade da Beira, tendo a última sessão sido a 29 de Novembro em simultâneo nas cidades de Nacala, Inhambane e Xai–Xai. Antes, em Setembro, tinha acontecido a sessão de formação de formadores na Cidade de Maputo, Beira e Nampula, portanto, à escala nacional, coordenada pelos delegados e representantes locais, onde poderem participar mais de 1.200 pessoas, um total de mais de 375 horas de trabalho **(Tabela 04).**

Tabela 04: Distribuição dos Formadores por Cidade / Horas/ No de Formandos

Data	Província	Cidade	Formadores	Horas	No Formandos	Percentual
27/10/14	Sofala	Beira	Lucília Marques	25	70	6%
3/11/14	Nampula	Nampula	Lucília Marques	25	200	16%
10/11/14	Niassa	Lichinga	Arlindo Langa	25	76	6%
17/11/14	Manica	Chimoio	Eduardo Clemente	25	38	3%
17/11/14	Cabo Delgado	Pemba	Lucas Machava	25	43	3%
17/11/14	Zambeze	Quelimane	Mario Duarte	25	47	4%
17/11/14	Maputo	Maputo	Lucília Marques	25	155	12%
17/11/14		Maputo	Lucília Marques	25	40	3%
17/11/14		Maputo	Ema Palma	25	117	9%
17/11/14		Maputo	Jose Farinha	25	116	9%
17/11/14		Maputo	Domingos Cascais	25	109	9%
24/11/14	Nampula	Nacala	Mahomed Abdul	25	54	4%
24/11/14	Gaza	Xai Xai	Arlindo Langa	25	58	5%
24/11/14	Inhambane	Inhambane	AtanazioFranck	25	30	2%
24/11/14	Tete	Tete	Eduardo Clemente	25	100	8%
TOTAL				**375**	**1253**	**100%**
TOTAL DE MEMBROS CADASTRADOS NA BASE DE DADOS					**2710**	**46%**



2.5 Avaliação da Formação e dos Formadores

Avaliação da formação, de forma global foi positiva, e foram avaliados os seguintes indicadores.

- Conhecimentos iniciais antes formação
- Expectativas
- Capacidade do formador
- Organização/Funcionamento dos Módulos
- Resultados Alcançados

2.5.1 Avaliação do Conteúdo da Formação

Avaliação do conteúdo da formação, baseou-se na percepção dos formandos relativamente ao nível do conhecimento inicial dos temas e nas expectativas em relação aos módulos, assim como a sua aplicabilidade na vida profissional, em geral avaliação foi positiva cerca de acima de 60% dos inqueridos, classificaram como bom e muito bom.

Relativamente a percepção dos formandos sobre os conhecimentos iniciais, a maioria cerca de aproximadamente a 50% assumem ter bons conhecimentos sobre as materiais abordadas na formação e em torno de 15% muito bons (Figura 04).

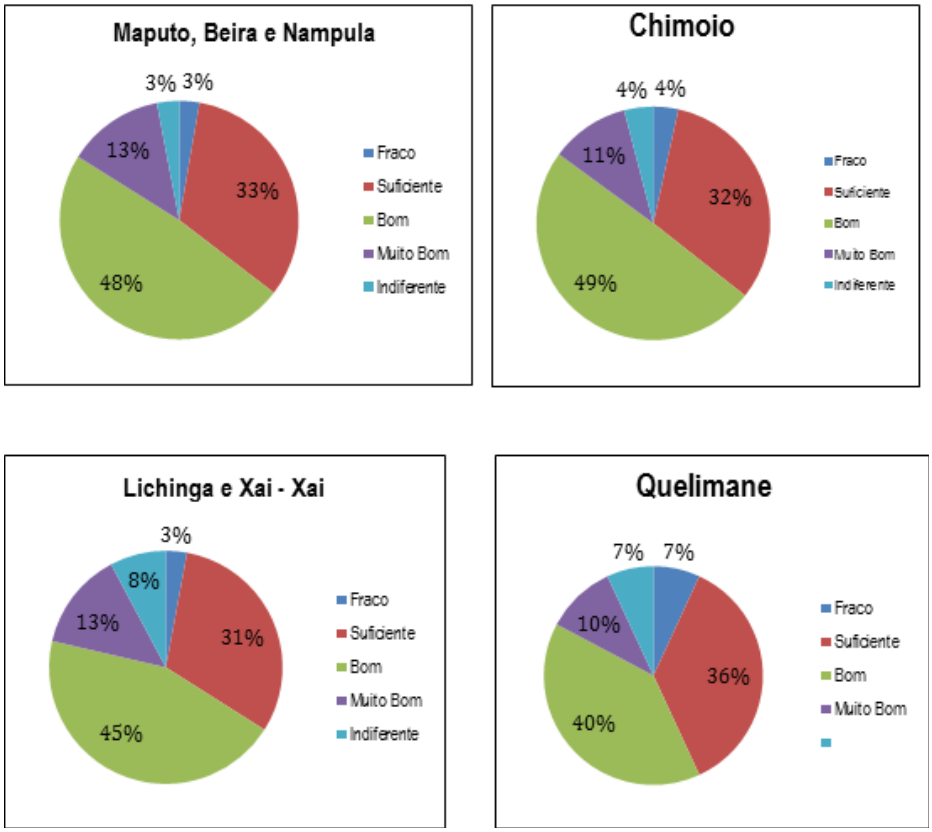


Figura 04: Nível Conhecimentos Iniciais sobre os Temas Tratados na Formação

No que concerne as expectativas em relação aos módulos lecionados, a maioria dos formandos cerca de 50% assumiram que correspondeu as expectativas e será muito útil na sua vida profissional (Figura 05).

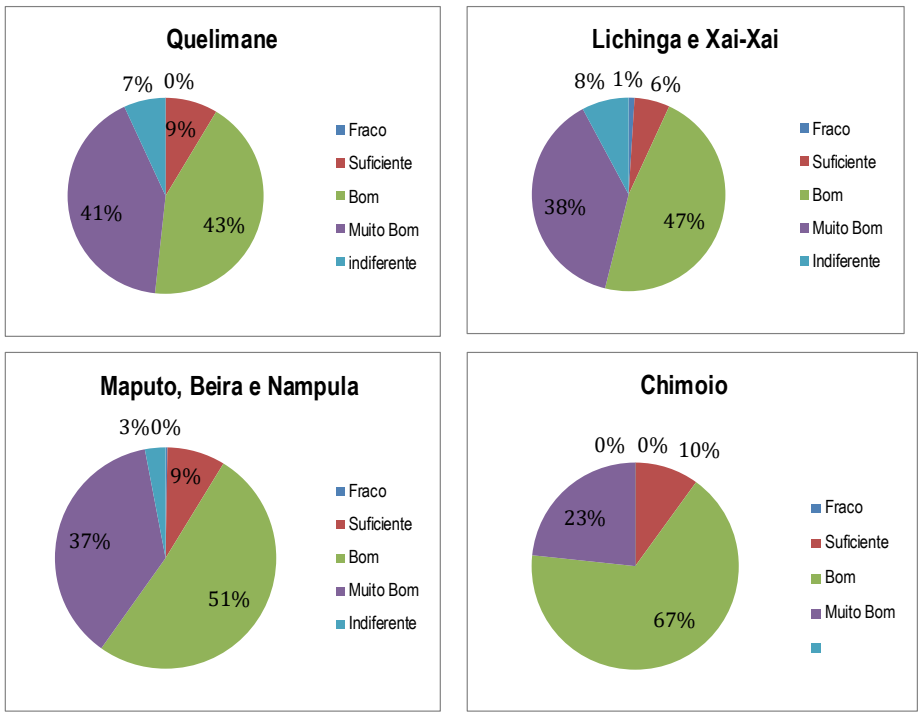


Figura 05: Expectativas em Relação aos Módulos Lecionados & Utilidade na Vida Profissional

2.5.2 Avaliação dos Formadores

Avaliação dos formadores baseou na percepção dos formandos relativamente aos seguintes itens:

- Capacidade de Comunicação
- Capacidade de motivar os formandos
- Capacidade para transmissão e explicação das materiais
- Conhecimentos técnicos (dominava os assuntos expos)
- O método utilizado estava ajustado

Avaliação dos formadores em geral foi positiva, em quase todos itens, obtiveram a classificação acima de 90% superior a bom conforme as figuras indicadas abaixo. Em primeiro avaliou-se a capacidade de Comunicação, o resultado foi superior 95% acima de bom (Figura 06).

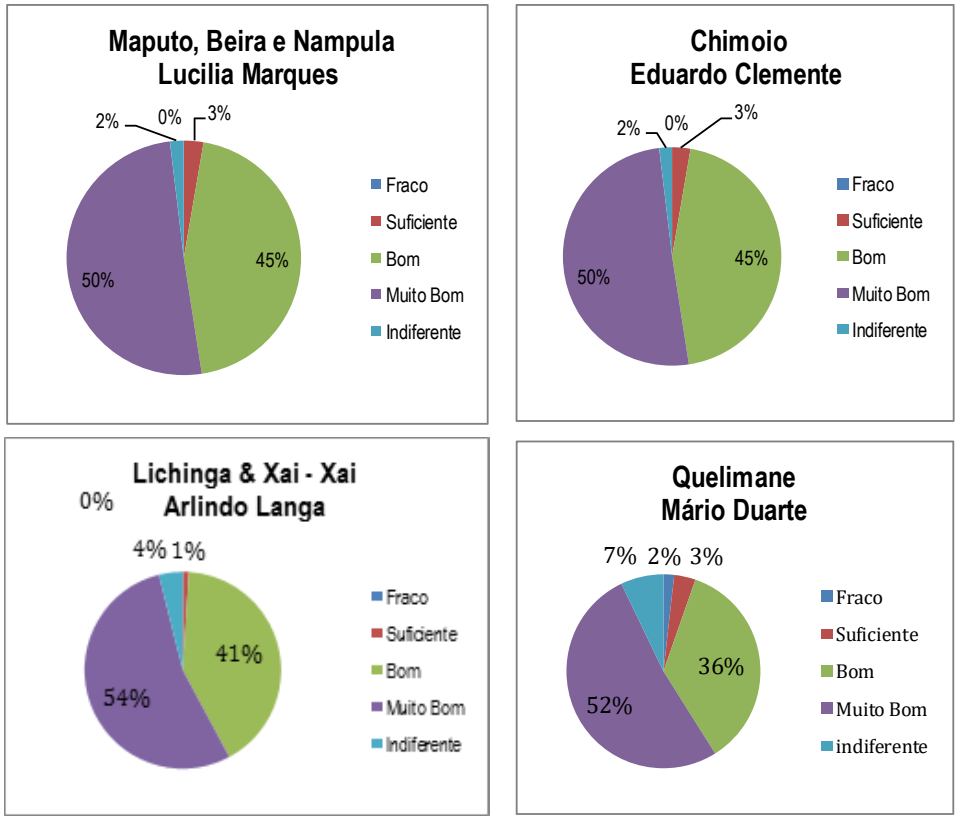


Figura 06: Capacidade de Comunicação dos Formadores

Relativamente a capacidade de motivar, os formandos tem opinião positiva sobre os formadores, isto é, acima de 70% assume que foram bons (Figura 07).

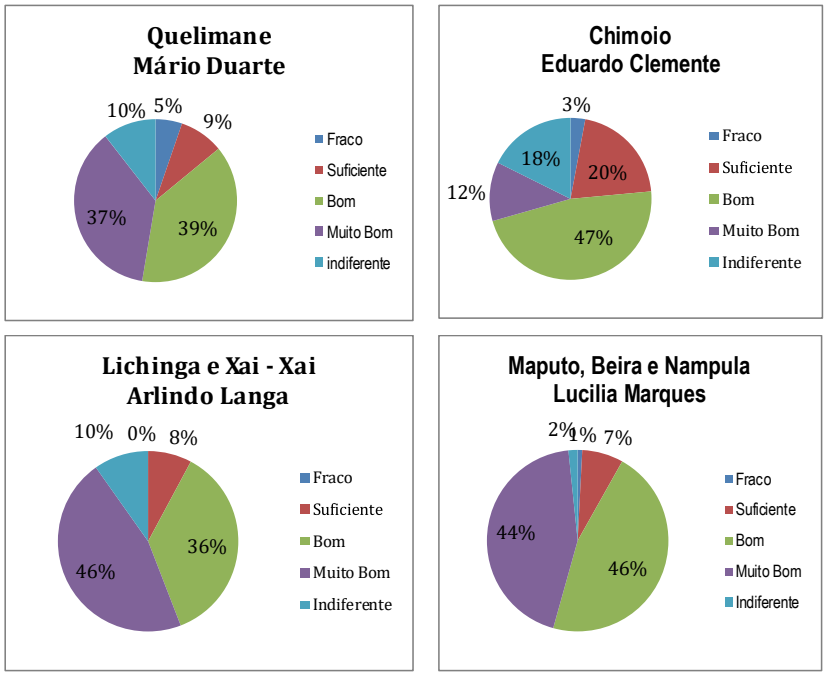
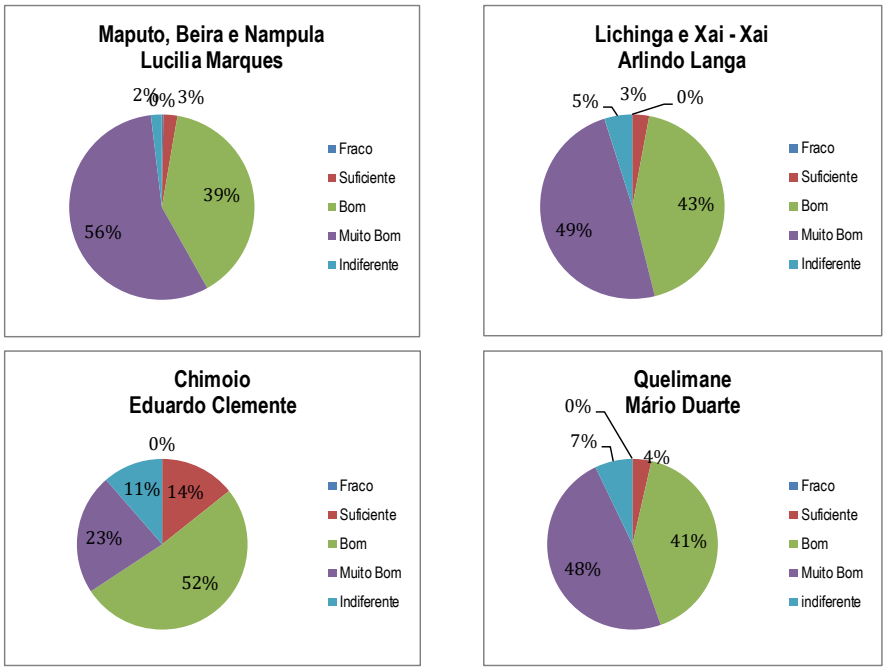


Figura 07: Capacidade de Motivar

No concerne ao item da avaliação dos conhecimentos técnicos dos formadores, que crucial para elevação das competências dos formandos. A classificação foi de mais de 85% acima de bom (Figura 08).



2.5.3 Organização da Formação

No processo de formação também foi avaliada a organização geral do curso, baseado nos seguintes indicadores.

A clareza dos objectivos do curso;

- Conteúdo e o papeldo curso no desempenho da profissão;
- A estrutura do curso;
- Adequabilidade dos materiais de apoio;
- A duração e conteúdos foram adequados;
- As condições das Instalações;
- Apoio prestado pela coordenação do curso;

No concerne a clareza dos objectivos do curso, a maioria acima de 70% consideram igual ou superior a bom (Figura 10).

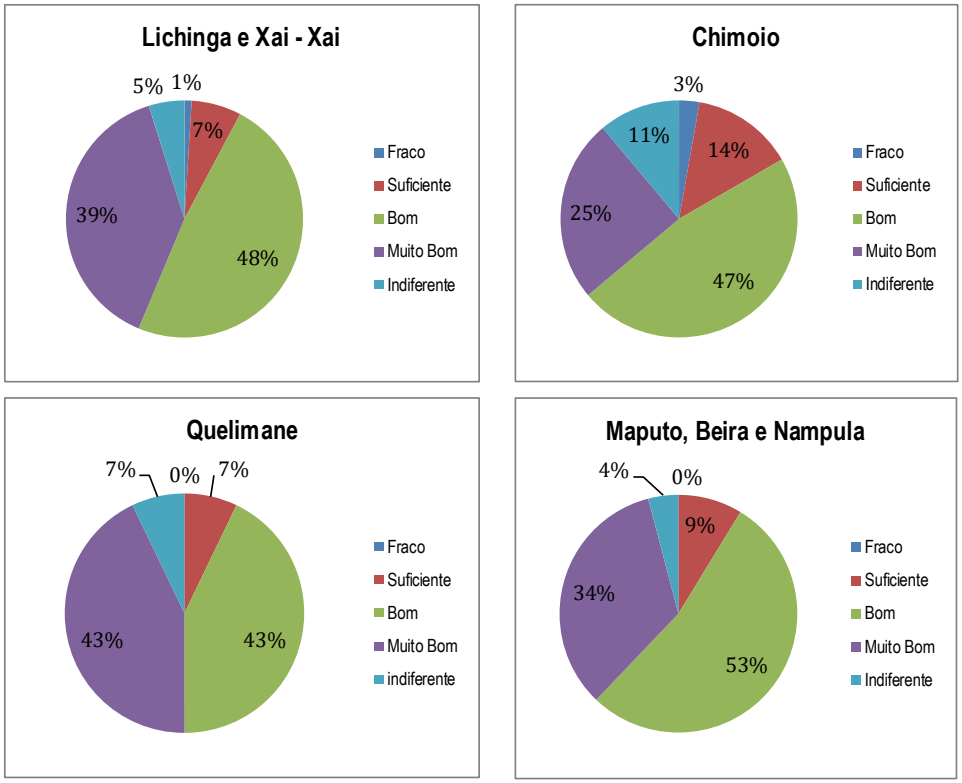


Figura 10: Clareza dos Objectivos do Curso

Em relação aos conteúdos dos módulos abordados no curso, a maioria (cerca de 70%) é da opinião que são igual e muito bom (Figura 11).

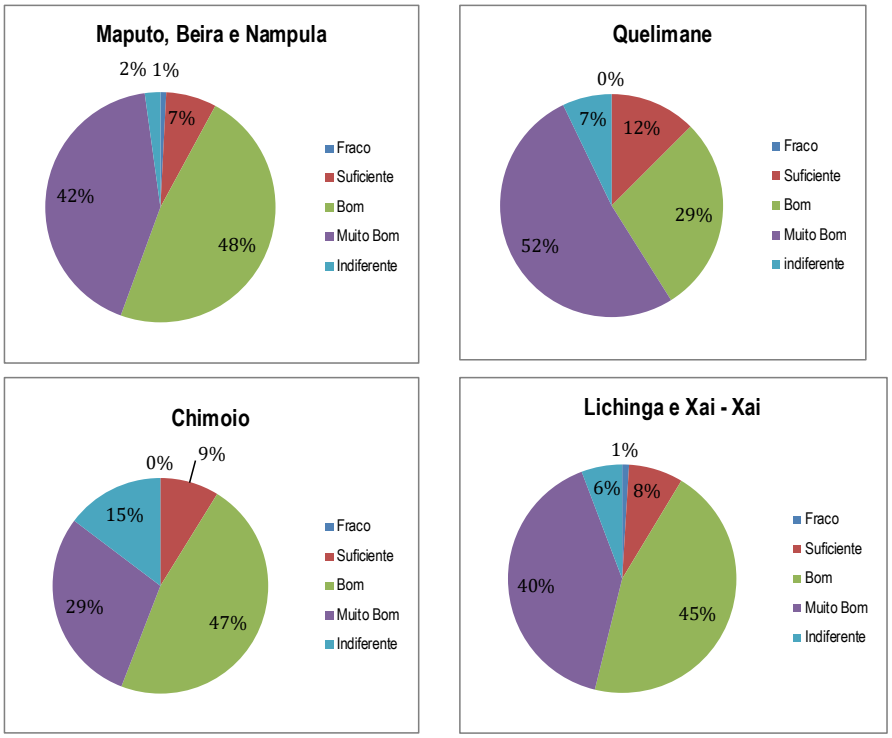
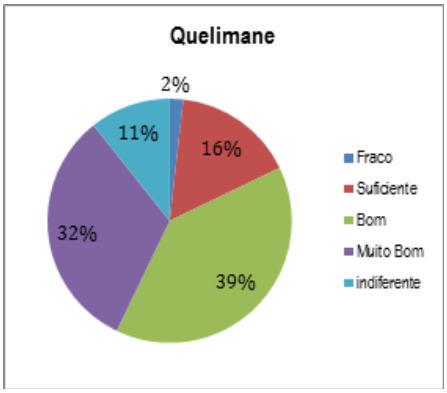
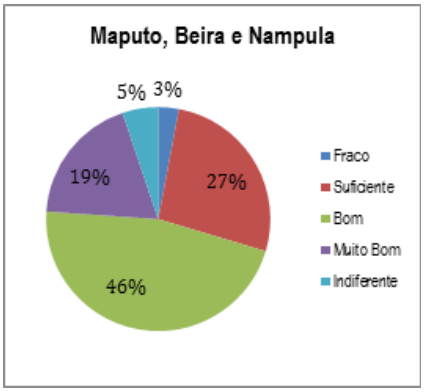
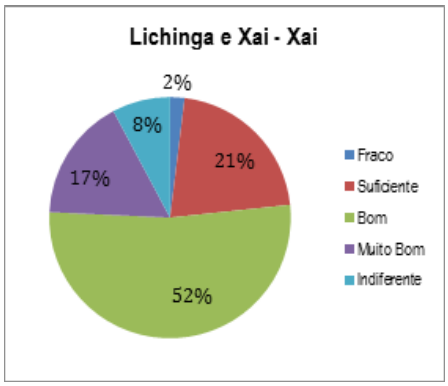


Figura 11: Conteúdos dos Módulo da Formação

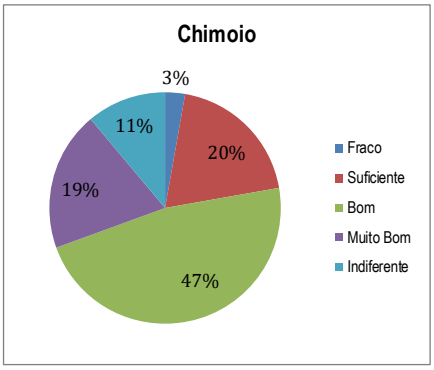
Em relação adequabilidade dos materiais de apoio fornecidos na acção de formação maioria acima de 60%, são da opinião que era bom e muito bom conforme a (figura 12).

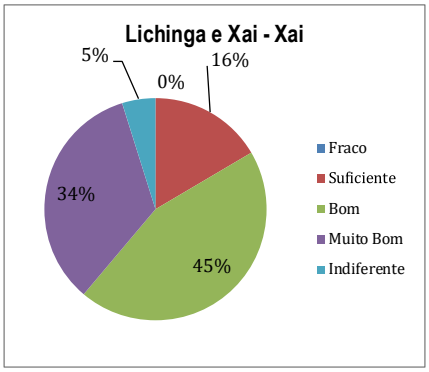


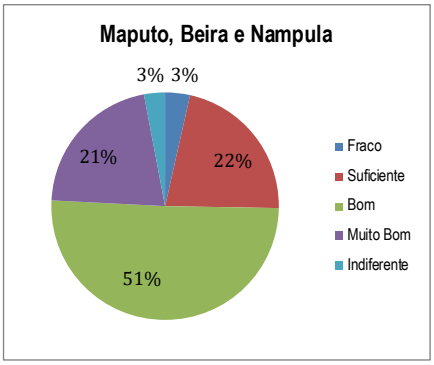




No concernente ao apoio prestado pela coordenação do curso da OCAM a nível local, os formandos afirmam terem sido acarinhados pela organização da formação e, apesar de várias limitações, assume que houve todos esforços possíveis de atender as suas solicitações (Figura 14). Acima de 70% classifica como bom e muito bom.







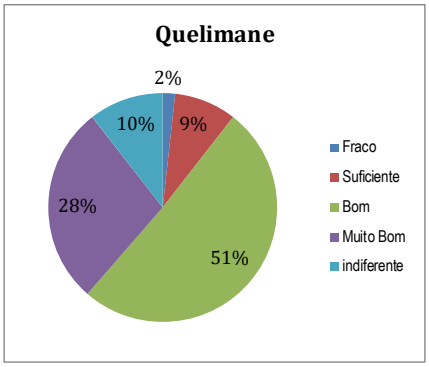


Figura 14 – Apoio pela Coordenação da Formação

O item mais importante da avaliação dos formandos em relação a 1a acção de formação realizada pela OCAM, os resultados foram alcançados, a maioria acima de 85% assumem que sim, classificando com bom e muito, o que demonstra que em geral o processo foi positivo (Figura 15).

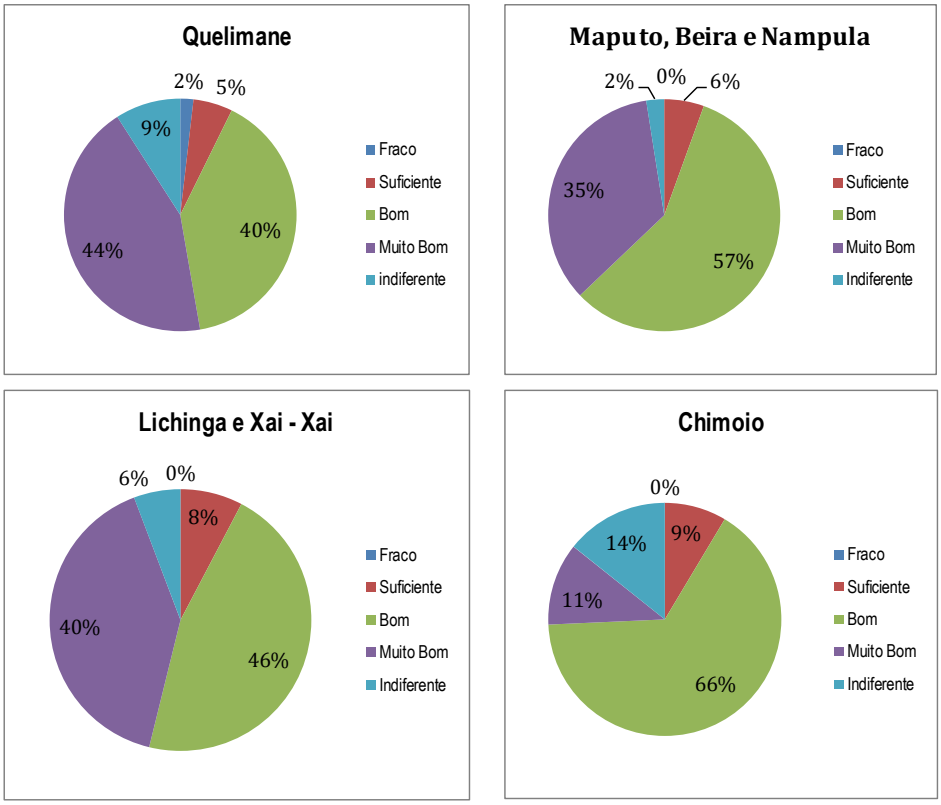


Figura 15: Opinião dos Formandos

BASTONÁRIO

PROF. DR. MÁRIO VICENTE SITOE

CONSELHO GERAL

ABEL GUAIA GUAIA

VICE PRESIDENTE

ABDUL HAMIND

PRESIDENTE DO COLÉGIO DOS AUDITORES

ANTÓNIO PINHO

VICE PRESIDENTE DE COLÉGIO DE CONTABILISTAS

VENÂNCIO CHIRRIME

VICE PRESIDENTE DO COLÉGIO DOS AUDITORES

AUGUSTO COSSA

PRESIDENTE DOS ASSOCIADOS

DAVID ZAVALE

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS BANCOS

CURRATILANE REMANE

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DAS SEGURADORAS

CONSELHO JURIDICIONAL

GERTRUDES GRACHANE

PRESIDENTE

JEREMIAS DA COSTA

VICE PRESIDENTE

CONSELHO FISCAL

EMÍDIO MARCELINO

PRESIDENTE

BENJAMIM NADJA

VICE PRESIDENTE

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
E IMAGEM
WWW.OCAM.ORG.MZ
2016